

ATA 292ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEAS REALIZADA EM 25 DE JANEIRO DE 2024

Aos **25 de Janeiro de 2024**, às nove horas da manhã, na plenária da Casa de Direitos Humanos – MG situada na Av. Amazonas, 558, Centro de Belo Horizonte - MG, realizou-se a **ducentésima nonagésima segunda Plenária Ordinária do CEAS**, coordenada pelo Presidente Nelson Fernando Maure Carvalho, onde estavam presentes os seguintes **conselheiros Titulares**: Mayra de Queioz Camilo, representando a APAE de Belo Horizonte, Rosalice Tassar de Almeida, representando o Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo, Patrícia Coelho Sanches Gomes, representando o Lar dos Idosos José Justino Rocha, Luiz Carlos de Castro Fernandes, representando a Associação Recreativa da Melhor Idade – ARMI, nome social LUIZÃO, Lais Alexandre da Silva, representando a CMAS de Ipatinga, Fernanda Regina da Silva, representando o CMAS de Campanha, Simone Maria da Penha de Oliveira, representando o Coletivo Flores de Resistência, Isac dos Santos Lopes, representando a Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Grazielle Vieira Cachapuz Machado representando o Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais – PSIND, Marcelo Armando Rodrigues representando a Ordem dos Advogados do Brasil/MG(OAB), Nelson Fernando Maure Carvalho representando a Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDESE, Cleuza Maria de Oliveira, representando a Secretaria Estadual de Educação, João Paulo Freire Jardim, representando a Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDESE, Flavio Christian de Assis Miranda representando o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Ipatinga, Letícia Fernandes Godinho, representando o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Coronel Fabriciano, Solimar Assis, representando a SEPLAG, e os/as **conselheiros/as suplentes**: Carla Valéria Soares Vita, representando a União das Associações de Pirapora, Altair Rabelo, representando a Associação Berg Vingren de Assistência Social, Anália Romeiro de Paula, representando o Abrigo São Vicente de Paula de Coluna, Roberta Kelly dos Reis Chaves representando o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS Guanhães, Wellington Donizete Marques de Lima - “Leon” (nome social), representando o Fórum Municipal de Luta pelos Direitos dos Usuários do SUAS - Uberaba/ FMLDUSUAS, Matheus Borges Gonçalves

35 representando o Movimento LGBTQIA+ de Cláudio/MG, Sandra Regina Ferreira
36 Barbosa, representando o Sindicato dos Empregados em Instituições
37 Benéficas, Religiosas e Filantrópicas – SINTIBREF, Ester Rodrigues
38 Espescht, representando a Secretaria de Desenvolvimento Social SEDESE,
39 Érica Pereira Alves Beltrame, Joelma Dias Ramos, representando o Conselho
40 Municipal de Assistência Social - CMAS de Campanha, Thomás Pereira de Sá
41 Carvalho, representando a Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão -
42 SEPLAG; as/os **Conselheiros/as em condições de titularidade**: Rosilaine Rita
43 dos Santos, representando o Colegiado de Gestores Municipais de Assistência
44 Social – COGEMAS e Cristiane Aguiar Vieira, representando a Secretaria
45 Estadual de Saúde – SES, e ainda, a equipe da Secretaria Executiva Adelmira
46 Gomes Cerqueira, Ana Carolina Costa, Poliana Seixas, Vera Lúcia Rodrigues,
47 Stefany Damares, e Denilson. Estavam presentes como convidadas/os: Mariana
48 de Rezende Franco (SUBAS/SEDESE), Roberta K. Figueiredo (SEDESE),
49 Suzanne Horta (SEDESE), Ana Carolina Araújo Grossi (SEDESE), Marcela
50 Rodrigue Santos (SUBAS/SEDESE), Livia Pessoa (SUBAS/SEDESE), Rosilene
51 Fatima Oliveira (SEDESE), Cassirlene Vieira (COGEMAS), Lucas Ribeiro
52 (SSVP Curvelo). Iniciou-se com o presidente Nelson solicitando à secretaria
53 executiva a confirmação dos presentes. **NELSON - SEDESE - Presidente**: Vamos
54 retornar aqui então, por favor, para a gente poder iniciar. Então o primeiro ponto da pauta
55 é a apresentação para homologação das atas da 290ª e 291ª e as extraordinárias 40ª,
56 41ª e 42ª, acho que todo mundo recebeu as atas por e-mail. Então o primeiro ponto de
57 pauta é a aprovação das atas. Alguém tem alguma colocação? **MARCELO - OAB - Vice**
58 **presidente**: Bom, primeiro que essas atas, no meu ponto de vista, elas deveriam ter
59 sido aprovadas pela gestão anterior. Portanto eu não vejo condições para que nós,
60 enquanto novos conselheiros, tenhamos condições legítimas para poder votar pela
61 aprovação ou não de uma ata, a gente não tem e não teve conhecimento e nem
62 participou do debate. Portanto eu solicito que esta aprovação de pauta, essa aprovação
63 das atas elas sejam colocadas fora da aprovação porque nós, enquanto conselheiros,
64 nós não temos legitimidade, legitimidade para votar nós temos, mas nós temos
65 legitimidade para votar aquilo que nós estamos hoje, a partir de hoje aptos a votar,
66 porque nós estaremos participando de processos e debates. Portanto, eu coloco essa
67 questão de ordem para discussão. **GRAZIELE - PSIND- Conselheira titular**: Só
68 explicar um pouquinho, Marcelo, no sentido assim de que a ata seria, ela entraria, mas
69 ela não seria aprovada? Qual é a sua sugestão? Não entendi. **MARCELO - OAB - Vice**

70 **presidente:** Eu entendo que nós não podemos, nós que estamos entrando agora, nós
71 não podemos aprovar uma ata que a gente não participou dos debates, no máximo
72 abster, se for o caso. **SUZANE - SEDESE Convidada:** Eu ia fazer a sugestão então
73 para retirada desse ponto de pauta, sugerir aos conselheiros, a secretaria executiva tem
74 condição de colocar esse documento no sistema de tramitação de documento no estado
75 que é o SEI, e a gente pode liberar a assinatura para os ex conselheiros, não é? Ou
76 aqueles que permanecem assinar a ata, não é? Então aí tiraria de pauta e ficaria como
77 encaminhamento da secretaria executiva mandar esses documentos para os que
78 estavam como conselheiros na gestão anterior assinar, e aí para eles fazerem as
79 assinaturas publicar no site do CEAS. **GRAZIELE - PSIND- Conselheira titular:** É, se
80 tem essa solução eu fico satisfeita e acolho o pedido do Marcelo, porque então a
81 conselheira passada teria essa condição, mas eu entendo que os conselheiros também
82 podem se sentir, ter essa dificuldade. Então eu atendo ao que o Marcelo coloca.
83 **ROSALICE - SSVP - Conselheira titular:** Eu queria só tirar uma dúvida em relação aos
84 ex conselheiros, não é? Eles teriam esse acesso ao SEI, esse cadastro ao SEI, fácil
85 acesso para eles fazerem esse cadastro no SEI? **NELSON - SEDESE - Presidente:**
86 É possível, a gente pode fazer o cadastro do usuário externo, não é? Então é algo que
87 é simples de ser feito, acho que cada conselheiro mesmo consegue fazer o seu cadastro
88 e a gente faz orientação. E aí acho que se todos concordarem a gente vota por esse
89 encaminhamento, não é? Da aprovação da ata ser mediante a assinatura de todos
90 esses conselheiros, então esses conselheiros vão assinar via SEI com acesso do
91 usuário externo. **ADELMIRA - Técnica Secretaria Executiva:** A minha pergunta é, os
92 conselheiros aqui vão votar, vão deliberar por que a aprovação da ata seja exclusiva
93 pela assinatura dos conselheiros que o mandato já venceu? **MARCELO - OAB - Vice**
94 **presidente:** Eu estou levantando uma questão de ordem por impossibilidade da gente
95 votar. Eu acho que a gente não tem condições nem de deliberar sobre isso no meu
96 ponto de vista. Se nós estamos pedindo a retirada de pauta, inclusive foi uma sugestão
97 da colega aqui. **SUZANE - SEDESE Convidada:** É só que o regimento interno do CEAS
98 ele fala que as atas são aprovadas na plenária seguinte, não é? Então eu acho que teria
99 que ter aprovação esse colegiado que a gente estaria fazendo um procedimento
100 diferente do que está no regimento interno. Então eu acho que esse encaminhamento
101 teria que ser aprovado sim. **JOÃO PAULO - SEDESE - Conselheiro titular:** É muito
102 óbvio, o que a Suzane falou, uma sugestão de encaminhamento é essa, que esse
103 colegiado ele delibere que a aprovação vai ser feita pelos conselheiros que fizeram a
104 ata, participaram da reunião, essa é a nossa deliberação. Que aí a gente atende ao
105 regimento que fala que a gente tem que apreciar e, eu até peguei aqui, apreciar e votar

o regimento, a nossa apreciação e votação será encaminhar para a gestão anterior assinar. **NELSON - SEDESE - Presidente** Bom, então o encaminhamento é esse, não é? Este conselho aprova as atas mediante assinatura do conselho anterior via SEI. Não. É porque assim, gente, a minha questão é que no regimento interno e aí acho que é o que a Suzane colocou aqui, o conselho ele precisa aprovar a ata em plenário porque o regimento. **JOÃO PAULO - SEDESE - Conselheiro titular:** O assunto é apreciação e votação da ata, não fala que é aprovação. Então eu até entendo que a gente está apreciando e votando pelo encaminhamento para o pleito anterior poder aprovar, entendeu? Aqui não fala que a gente tem que aprovar a ata. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Bom, então gente, então desculpa, mas meu entendimento estava diferente então o que a gente está encaminhando aqui é aprovando o encaminhamento da ata para assinatura dos conselheiros do mandato anterior. Então quem aprova o encaminhamento. Bom, então eu acho que por, então quem é contra o encaminhamento? Abstenções? As meninas da secretaria executiva só pediram para a gente ler o encaminhamento. Encaminhar as atas para os conselheiros do mandato anterior para assinarem a ata, é isso. A gente teve um voto contra e os demais a favor. Aprovado com voto contrário, Marcelo. Aí o próximo ponto de pauta são os informes. **ANA CAROLINA - Secretária executiva:** Esse informe conforme resolução do CNAS, é o número 126 de 20 de novembro de 2023, estão abertas as inscrições para a eleição dos representantes da sociedade civil no CNAS gestão 2024 e 2026. Maiores informações poderão ser acessadas no site e o prazo final de inscrição é até o dia 09/02/2024. Então, se algum conselheiro tiver interesse, alguma entidade, algum, quiser passar esse processo para alguém, a gente passa o e-mail de inscrição, o site de inscrição. Lembrando que é até o dia 09 de fevereiro de 2024. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Eu acho que agora o próximo ponto de pauta são as inclusões que a sociedade civil fez. Então se as meninas puderem subir ali. Então, o primeiro ponto é enviar um ofício à ALMG, solicitando apoio à ALMG para derrubada. **GRAZIELE - PSIND - Conselheira titular::** do veto do governador em relação à alocação do orçamento de um bilhão para o FEM, para o FEAS, não é? Eu não sei, eu vou fazer, eu vou tentar fazer um breve relato, até olhar aqui para a gente não se estender muito, mas para os conselheiros, a gente até fez isso para a sociedade civil, mas para os conselheiros governamentais, não é? A assembleia estava na discussão passada sobre o Fundo de Erradicação da Miséria, o governo queria a inclusão de alguns impostos, voltar os impostos, alguns deputados eram contra a inclusão desses impostos, fizeram até contato conosco e aí a gente teve essa conversa que a gente entendia que não era simplesmente votar o Fundo de Erradicação da Miséria, mas talvez seria uma estratégia

importante e necessária para fortalecimento da assistência social que esse recurso fosse alocado no FEAS para poder, para a gente ter garantia do recurso para a assistência social. E aí foi aprovado o Fundo de Erradicação da Miséria com as alterações e aí teve um acordo entre oposição e governo, inclusive o governo, a bancada do governo foi favorável à inclusão do fundo para o FEAS. Naquele primeiro momento seria 15, 20 e 25, consecutivo, 2024, 2025, 2026. Veio a lei para a gente, a lei orçamentária anual, a lei orçamentária foi com esses valores do FEM, já tinha sido aprovado, não é? E aí a gente apresentou essa informação para os deputados que não estavam de acordo e os deputados foram inclusive analisar um pouco melhor a questão do FEM. A assessoria jurídica hoje de uma bancada, veio até explicar para a gente, porque naquele momento 15, 20 e 25% significava um aumento em torno de 9 milhões para a assistência social. Porém ao identificar algumas questões, algumas problemáticas do fundo que eles passaram até uma orientação, depois eu posso compartilhar com o conselho todo, que eu não li ainda, se é do fundo passado, eu vou entender isso ainda, né? E aí eles identificaram que o valor era maior um pouco, pouca coisa, não é? Significava um bilhão para a assistência social. Um bilhão para a assistência social significa dez vezes mais o orçamento que a gente tem para o ano que vem. E no final desse, do PPAG em torno de quase cinco bilhões. Isso foi um acordo entre governo e oposição, o governo votou favorável, a bancada inteira, a assembleia inteira votou favorável à inclusão desse um bilhão para o FEAS, para o Fundo Estadual da Assistência Social, porém a gente não, foi dia 16 que eles comentaram, 16 e 17, não é? O governador vota só essa parte do orçamento, só essa vinculação, somente isso foi votado tanto na lei quanto no PPAG. E aí a gente pede, isso é muito caro para todos nós, para todo o conselho, a gente nunca teve a possibilidade de ter um recurso vinculado à assistência e principalmente nesse volume de recurso, um bilhão. E aí a gente pede para, a gente solicita que o conselho se posicione, o conselho inteiro se posicione fazendo um ofício para a assembleia administrativa dizendo da importância da vinculação desse recurso. E só para poder fazer um resgate também que eu também consegui pensar nessa questão, o último relatório da gestão do SUAS que foi apresentado para a gente, o relatório de gestão do governo, o governo apresentou um relatório de gestão para a gente, ele apontava, eu estou dizendo só de um aspecto, ele apontava que houve um aumento da inclusão do cadastro único da população mineira. Ou seja, houve um aumento de pessoas em extrema pobreza e pobreza e houve uma diminuição do atendimento em PAIF, por exemplo, a oferta de PAIF. Então assim, a gente identifica que a gente até colocou isso na nossa avaliação do FEAS, que então a gente entende que houve uma desproteção social que aumentou a pobreza, e hoje diminuiu a

oferta, houve uma desproteção social. Então é um dos aspectos que a gente precisa apontar para os deputados a importância de dar, da derrubada desse veto e a gente precisa de recurso, isso é caro para a sociedade civil, isso é muito mais caro para a gestão que está lá gerindo um custo na mão, como a Sandra sempre fala, como que vai trabalhar sem recursos? E aí só apontando também que a gente não deliberou sobre a lei orçamentária, mas ela foi apresentada aqui para a gente, mesmo rapidamente, mas ela foi apresentada aqui para a gente e um aspecto que eu me lembro expressivamente que, por exemplo, a educação permanente, eu estou olhando para a tela da educação permanente, o recurso destinado para a educação permanente era em torno, era menos de 50 mil. Se a gente tem, se a gente não tem, a gente não consegue nem fazer as atividades do Núcleo de Educação Permanente com esse recurso. Então é caro para a gente, é importante para o FEAS se organizar, não é? Para que a gente possa ir lá, conversar, entregar um documento dizendo da importância desses recursos vinculados ao FEAS e fazer essa pressão e falar: “Olha, deputado, naquele momento você votou a favor, a gente espera esse comprometimento e essa coerência no seu mandato em relação ao compromisso da proteção social com a população mineira.” Então essa é a nossa indicação. Se alguém quiser complementar, quem estava atento lá conversando com o colega. **MARIANA - SEDESE - Convidada:** Então, eu quero é complementar e contribuir, também, no seguinte sentido. A discussão envolve dois fundos importantes, só que esses fundos, eles são diferentes. O FEM ele é o Fundo de Erradicação da Miséria, e a lei que trata do FEM ela fala de uma receita para o Estado. E aí o que nós conseguimos ano passado no CEAS foi extremamente importante nessa conquista, foi a vinculação de um percentual da receita do FEM para o FEAS. O FEAS, como todos nós já sabemos, é o Fundo de Assistência Social, ele tem receitas de várias fontes. O Fundo de Erradicação da Miséria, ele é mais amplo e ele tem diversas, vamos dizer, finalidades para além da assistência social porque a erradicação da miséria não está vinculada apenas à assistência social. Então, esse é um ponto, essa discussão ela também ela é muito complexa porque a legislação é completamente diferente, o FEM ele tem lei própria. É uma questão tributária porque envolve aumento de tributo, a receita que compõe esse fundo ela vem de ICMS. E aí ano passado teve uma disputa porque aumentou imposto e aí esse aumento de imposto que compôs essa receita e desse percentual de receita que foi destinado uma parte para a assistência social. Bom, então esse é um ponto. O segundo ponto é o que a Grazielle falou que está relacionado, que quando a SEPLAG encaminhou a proposta orçamentária para a assembleia, não estava prevista essa receita nova porque ela foi aprovada em novembro e a proposta da LOA foi em setembro ou outubro, salvo engano. E aí quando a assembleia questionou não

houve uma solução aí, vamos dizer que eu acho que fosse definitiva, e aí chegou-se ao consenso das bancadas e a emenda que fizeram colocou toda a gestão dos recursos do FEM dentro do FEAS. Qual que é o ponto? O veto do governador, ele foi comentado aí pela secretaria de planejamento, dizendo que a gestão do FEM e a gestão dos recursos do FEM, sendo colocadas dentro da ação orçamentárias do FEAS, contraria a própria lei do FEM. Assim, as razões do veto são simples, a gente, eu já até conversei um pouco com a Solimar e com o Tomás aqui que eles são representantes da SEPLAG, acho que se esse conselho entender, isso pode ser questionado, mas eu também não sei se vale a pena porque eu acho que a questão agora é buscar uma coisa maior que eu estou entendendo que a proposta da sociedade civil é essa de mobilizar a assembleia. Mas eu acho importante também a sociedade civil tirar, talvez encaminhamentos para a secretaria de planejamento, que no próprio veto, a mensagem do veto diz que o CEAS também compõe o grupo coordenador do FEM. Então na legislação do FEM a gente tem que se ater também às responsabilidades que estão lá que é desse conselho aqui. Então eu só estou querendo trazer mais elementos para a discussão, dizer que é importante todos os conselheiros aprofundarem no estudo da matéria porque isso também vai estar sempre relacionado com a execução do FEAS. E aí pensando na execução do FEAS, o nosso plano de aplicação de recursos que vai vir em fevereiro, vai ser após o decreto de programação orçamentária porque somente após o decreto é que a gente vai saber que de fato representam esses 15% porque a gente está falando de uma receita estimada que vai ser arrecadada esse ano, ela não existia no ano passado, é uma receita nova. Então a gente vai trabalhar com estimativa de receita para 2024, a gente ainda não tem esse valor exato, depois do decreto de programação orçamentária que a gente vai trazer e aí isso vai ficar para a plenária de fevereiro.

NELSON - SEDESE - Presidente: Sandra. **SANDRA - SINTIBREF - Conselheira suplente:** Boa tarde, gente. Eu não ia falar mais do pires na mão não, que já está repetitivo, não é? Isso aqui já está LER, já deu LER na gente. Mas assim, a gente ficou tão feliz quando a gente viu, assim, um resultado positivo, a Mariana traz essas questões mais técnicas, mas no nosso entendimento, digamos, mais simples mesmo, de comissão de orçamento, não é? Grazi e eu lá na nacional, a gente fica o seguinte, na hora que a gente consegue, a palavra vinculação saiu aqui na fala da Mariana, e é o que a gente está lutando lá da PEC para ter uma vinculação. E aí vem com todas essas questões que vetou e a gente quer saber, não, é simples, as questões são mais simples e a gente não entende muito desse ponto mais técnico. Mas nós temos que fazer a mobilização porque ainda se a gente não conseguir entendimento, vai ter contradição entre uma lei e outra aí, né Marcelo, não é? Vocês podem explicar. O

problema é o seguinte, a gente tem que dar visibilidade, a gente tem que dar visibilidade porque se a gente não pode, às vezes, eu já escutei: “Conselho? O conselho é uma parte, é um momento de deliberação, quem aprova é a assembleia, quem aprova é a câmara.” Pois não, pois bem, certo, mas nós temos que dar visibilidade para o lugar da assistência social que está colocando nesse estado. Disso eu vim aqui falar para os conselheiros novos que estão chegando, do que a gente falou um pouco na capacitação e hoje na sociedade civil desse agente político, desse ser político que a gente tem que exercitar no nosso papel de conselheiro para fazer o controle social. Porque é isso que vai fazer a gente ter forças, mudar agenda, estar fazendo toda essa mobilização que a gente já está fazendo aqui como proposta, não é, Grazi? A sociedade civil. Mas, assim, os aspectos que a gente escuta, porque a gente está aqui também em constante aprendizado, mas a questão da vontade política, gente, a gente tem que deixar bem claro e dar visibilidade para todos os seguimentos, é carta, é repúdio, é o que a gente tem em mãos para poder estar fazendo. Obrigada. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Marcelo. **MARCELO - OAB - Vice presidente:** Essas questões técnicas elas realmente têm que ser atentadas por nós, não é? Mas aqui o CEAS também ele tem o aspecto político e dentro desse aspecto político é muito importante o que Sandra também falou de nós demonstrarmos porque aqui nós estamos representando uma coletividade, não é? Apesar da gente, estarmos aqui cada um com as suas bases, cada um com a sua categoria, nós estamos aqui representando toda uma sociedade que busca para os seus usuários, para aqueles que utilizam da política pública uma forma de chegar esses recursos até a ponta. Nós que estamos já na política de assistência social há algum tempo, desde a sua construção do SUAS, não é, Mariana? Nós lutávamos, naquela época, para aqueles que são mais antigos, aqueles que têm na história, nós lutávamos por 5% de vinculação, não é isso? E quase conseguimos, o COGEMAS vai fazer a parte do COGEMAS, quase conseguimos aqui no estado no governo anterior aí, bem anterior, que a gente conseguisse alguma coisa. Mas não conseguimos os 5%, mas conseguimos que pelo menos fosse defendido para as famílias referenciadas R\$1.85, que é pouco, mas na época queriam que desse R\$0,40 centavos. Então, gente, isso. Então eu penso que o CEAS ele não pode se calar, ele não pode se omitir em cima de uma demanda que é nossa, uma demanda de defender essa vinculação de 1%, é um bilhão que cai nos cofres da secretaria, não é? Aproximadamente, que nos foi dito, não é? É algo que supera e muito o que o FEAS tem hoje, eu acho que é 109 ou 120 milhões, não é? Então, portanto nós não vamos nadar, mas nós vamos conseguir fazer com que a política de assistência social fique muito clara, que ela possa chegar lá nos municípios com mais recursos, que a SEDESE possa, dentro daquilo que for destinado a ela,

destinar recurso para os municípios. Então eu penso que nós aqui temos o dever de defender o encaminhamento de poder levar para a assembleia e poder conversar com os deputados no sentido de sensibilizar. Para que sensibilizá-los, não é? Para que possa derrubar esse veto e consequentemente conquistar para a assistência social no nosso estado esse recurso que vai melhorar em muito a situação do nosso Estado. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Eu acho que a Mariana na fala dela, eu vou demorar me acostumar com isso. Eu acho que a Mariana na fala dela, ela também trouxe uma questão que é encaminhar para a SEPLAG, inclusive, o entendimento da participação do conselho na discussão do uso do recurso do FEM. Então eu não sei como que a gente coloca ali os encaminhamentos e se mais alguém tem alguma outra contribuição porque a proposta da Grazi é enviar o ofício para a assembleia. Marcelo? **MARCELO - OAB - Vice presidente:** Eu acho que uma coisa não atrapalha a outra, é muito importante que a SEPLAG dê o tom dela a respeito do que será esse recurso, da forma que ele será aplicado, da forma que ele será destinado. Eu sei que, também, apesar das questões técnicas, havendo vontade política a SEPLAG consegue resolver essa questão com muita tranquilidade. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Graziele. **GRAZIELE - PSIND - Conselheira titular:** E aí atrelado a isso a gente já pode, o que foi orientado é que as coisas acontecem na assembleia, a gente já percebeu isso, a gente tinha até a presença da deputada aqui, que ela viesse explicar e de última hora ela falou que não poderia porque ela foi convocada para uma reunião. Então a gente, foi explicado para a gente que as votações das comissões é de um dia para o outro, mas dentro de uma agenda apertada de fevereiro, então a gente tentou, até a Simone orientou a gente que na semana anterior do carnaval a gente ia achar pouca gente, então a gente achou melhor sugerir a próxima quarta-feira pós carnaval e aí que a secretaria executiva prepare esse documento, esse ofício e aí até, e a gente vai também, o CEAS vai colaborando com o documento, depois que apresentado uma súmula, que a gente tenha ele pronto no dia 21 para a gente poder ter essa condição de participar lá, fazer essas intervenções com a assembleia. **NELSON - SEDESE - Presidente:** É só porque a Grazi já trouxe o segundo ponto da pauta que é levar esse ofício à assembleia, então só primeiro a gente aprovar os encaminhamentos. Então o primeiro encaminhamento é enviar um ofício à assembleia solicitando o apoio da assembleia para a derrubada do veto do FEM. Pela aprovação. Pela reprovação. Abstenções. Então o primeiro encaminhamento, aprovado. E o segundo encaminhamento é encaminhar um ofício à SEPLAG solicitando informações a respeito do veto e da participação desse conselho na coordenação que vai atuar frente ao FEM. Pela aprovação. Então 14 votos. Pela rejeição. Abstenções. Bom, então a gente tem a

aprovação dos dois encaminhamentos. Ainda nessa pauta tem uma segunda proposta da Grazi a respeito do encaminhamento da entrega desse ofício. **GRAZIELE - PSIND - Conselheira titular:** A proposta é da sociedade civil e aí é o convite para o CEAS participar dessa discussão e dessas conversas com a assembleia legislativa, então assim, não é só a sociedade civil, mas o CEAS, todos os conselheiros. Que aí a gente propõe para que aconteça essa conversa no dia 21 que a gente achou uma data mais possível. Mas aí a gente também, se alguém apresentar outra data, tranquilo também. Só para fazer um, deixar mais nítido, porque assim, a gente sugeriu a data mais próxima, mas a gente corre o risco também das coisas se aceleraram lá, mas aí é uma data que a gente viu que é mais possível, porque às vezes a gente aprova essa data e as coisas vão ser diferentes lá na assembleia, a gente vai ter que talvez tomar outro rumo também.

MARCELO - OAB - Vice presidente: Grazi, eu estou conversando com o presidente aqui, deixar em aberto para todos irem vai ficar um negócio muito complicado, não é? Talvez sair nomes de algumas pessoas que tenham disponibilidade e que possam participar lá na assembleia conversando com os deputados. Porque se falarmos assim “a todos” vai ficar solto e vai acabar não indo ninguém. Se a gente sair daqui com a indicação de um grupo ou uma comissão para poder ir lá e dialogar talvez seja bacana.

NELSON - SEDESE - Presidente: Gente quem for, fazer o uso do microfone.

GRAZIELE - PSIND - Conselheira titular: A sugestão é ir deputado por deputado porque a aprovação foi unânime, então a gente pede o compromisso e a coerência.

NELSON - SEDESE - Presidente:: Então pensando na proposta do Marcelo, quais conselheiros se dispõem, acho que o melhor caminho é esse, os conselheiros que se dispõem a fazer esse movimento, essa articulação. **GRAZIELE - PSIND - Conselheira titular:** Eu sugiro à mesa diretora que eu acho que é fundamental que a mesa diretora vá, não é? E eu me disponho porque, e aí pedir também aos colegas que também participaram, se alguém mais da gestão passada puder. Porque está mais fresco na memória a luta também e claro que os novos também. A comissão de orçamento também eu acho que é importante, não é?

NELSON - SEDESE - Presidente Roberta.

ROBERTA - SEDESE- Convidada: Boa tarde a todos. Vocês estão fazendo uma proposta, não é? De falar sobre o veto, mas eu só queria observar, gente, eu não consegui recuperar aqui qual que é o prazo para isso, mas após o veto do governador, é composta uma comissão para análise do veto e tem um prazo para essa discussão. Eu não me lembro qual é o prazo, então é só para vocês observarem isso para que esse prazo, para que a data que vocês estiverem planejando não seja tardia demais.

GRAZIELE - PSIND - Conselheira titular: Roberta, a gente solicitou, perguntou para ele também qual que era o prazo, ele falou que em média seria 30 dias, porque se não

for feito em 30 dias, se não for feito em 30 dias tranca toda pauta, mas ainda nem chegou na assembleia. Então depende de receber na assembleia e da intenção do presidente da casa colocar em votação. Se chegar amanhã na casa e o presidente colocar em votação no dia seguinte, esse é o prazo. E aí ele colocou que as reuniões de comissão geralmente elas acontecem em convocação de um dia anterior mas às vezes a plenária não respeita nem as 24 horas, então ela colocou essa questão para a gente, que ainda não chegou, mas tem que chegar em trinta dias senão para tudo que está na casa.

NELSON - SEDESE - Presidente: Carla. A Carla retirou. Mais alguma consideração? Letícia? Para participação, é isso? **ISAC- CCQAMRD - Conselheiro titular:** Também me coloco à disposição. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Então, estão se colocando à disposição: Grazi, Letícia, Isac e Sandra. Mais alguém? Então a gente encaminha como proposta de encaminhamento para que Grazi, Elen, Letícia, Isac e Sandra façam o envio desse, o envio e a mesa diretora? Não, eu vou colocar aqui então a minha posição e também enquanto mesa diretora. Eu acho muito importante o movimento da sociedade civil, eu acho que é isso, eu acho que a gente precisa fazer isso, eu acho que, enquanto conselho, a gente também precisa fazer isso. Ma, enquanto representação do Estado e do governo, eu acho que existe também um conflito de interesse. Então, nesse sentido, eu me abstenho de fazer essa participação porque eu estou conflitando ali com o veto que foi encaminhado pelo governo, então por isso eu acho que eu não estaria presente. **MARCELO - OAB - Vice presidente :** Eu concordo plenamente com o presidente, acho que é isso mesmo. Mas o que é importante é o CEAS que estará presente representado por aqueles que lá estarão. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Mais alguma colocação? **ADELMIRA - Técnica da Secretaria Executiva:** A minha pergunta é, quando for enviar o ofício à assembleia pedindo esse apoio, se é para sugerir essa data da visita dos conselheiros do dia 21 de fevereiro ou se é separado. **NELSON - SEDESE - Presidente:** É, acho que a secretaria, então a secretaria executiva envia o ofício e solicita a agenda já com uma sugestão de data que é dia 21 de fevereiro. **MARIANA - SEDESE - Convidada:** Enviar ofício à ALMG significa ao presidente da Assembleia Legislativa, está claro isso? Porque a assembleia é um órgão, tem uma casa com várias comissões, várias frentes parlamentares, vários blocos, então, é bom ficar claro o encaminhamento para o conselho não se perder. **GRAZIELE - PSIND - Conselheira titular :** Então é preciso que seja encaminhado aos deputados, não é? A todos os deputados, que aí acho que a informação chega primeiro, vai conseguir chegar mais fácil para eles, não é? Se chegar direto. Então o encaminhamento, Adelmira, é aos deputados pedindo agenda, mas já sugerindo a data.

NELSON - SEDESE - Presidente: Então os encaminhamentos são, envio de ofício aos

394 deputados, ali está ao presidente da ALMG, não sei a Mira (Adelmira) vai fazer a
395 correção. E encaminhar o ofício à SEPLAG, que são os dois pontos que já foram
396 aprovados, não é? E agora a gente precisa aprovar a comissão que está se tirando aqui
397 do CEAS, certo? Então os nomes são Grazi, Letícia, Isac, Sandra e a mesa diretora,
398 aqueles que estiverem disponíveis para participar também. Então pela aprovação. Pela
399 reprovação. Abstenções. Bom, o próximo ponto da pauta é retirar uma data de
400 apresentação do relatório da última gestão do CEAS. Aí a secretaria executiva ou a
401 Grazi quer colocar a respeito da inclusão? **ANA CAROLINA - Secretária executiva:**
402 Nós vamos apresentar os relatórios das comissões no próximo mês, aí cada técnico vai
403 apresentar o relatório na reunião da comissão e o relatório da última gestão do CEAS
404 nós vamos apresentar na plenária de março. **ROSALICE - SSVP - Conselheira titular:**
405 Eu queria só questionar. O relatório da gestão, Ana Carolina, eu queria só entender
406 como que nós vamos estar dando os encaminhamentos que estão pendentes porque o
407 relatório de gestão deve apresentar as ações pendentes da outra gestão para a gente
408 dar continuidade nessa. Eu acredito que esse relatório da gestão ele tem que ser
409 paralelo às relações, ao relatório das comissões para que a gente possa dar
410 encaminhamento às ações. E eu queria ainda acrescentar para a secretaria executiva
411 que apresente também um relatório da questão de barragens aqui no CEAS, incluindo
412 uma capacitação. **ANA CAROLINA - Secretária executiva:** A gente colocou esse prazo
413 por questão de logística da equipe mesmo, dos trabalhos da equipe. **ROSALICE - SSVP**
414 **- Conselheira titular :** Teoricamente isso deveria ter sido finalizado em dezembro com
415 os coordenadores que quem, na realidade quem coordena esse relatório final de
416 pendências teria que ser os coordenadores da última gestão que geralmente eles teriam
417 que estar presentes na plenária que nós tomamos posse e apresentado esse relatório
418 para nós, os coordenadores das comissões. Como isso não aconteceu, nós acreditamos
419 que os coordenadores eles deixaram esse trabalho pronto junto com os técnicos, porque
420 são cinco comissões, então cinco coordenadores deveriam estar com isso pronto. Então
421 por isso que a gente está cobrando que era uma ação que deveria ter sido feita ontem,
422 ou na plenária que nós tomamos posse em dezembro. **MARIANA - SEDESE -**
423 **Convidada:** Eu quero falar aqui é uma questão muito sobre o ano passado, tá, Rosa?
424 Para quem estava aqui, Lucas estava, eu acho, um dos poucos, Grazi também. O ano
425 passado foi um ano, desculpa Simone, mas na mesa diretora, não, porque eu estou
426 pensando na mesa diretora, eu pensei quem ficou um tempo na mesa diretora. O ano
427 passado ele foi quase que totalmente dedicado à realização das conferências. E aí no
428 mês de dezembro, na plenária de dezembro, teve sim uma reunião aqui de avaliação
429 do próprio CEAS, que foi uma reunião super legal onde todo mundo fez um balanço do

funcionamento da última gestão. Só que a secretaria executiva de fato não teve tempo de fazer esse tipo de relatório que a equipe toda, junto com os conselheiros, chegaram aqui da conferência nacional já era quase que, foi o quê? 10 de dezembro, 09 de dezembro. Então eu só estou falando, assim, que realmente não teve esse prazo e eu estou falando que muito em defesa da gestão passada e da secretaria executiva. E aí eu acho importante cobrar, tá, Rosa? Acho importante pontuar o prazo para que isso seja feito. Só nesse sentido. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Grazi. **GRAZIELE - PSIND - Conselheira titular** Só para fazer um apontamento, dizer porque a gente continua solicitando desde a gestão passada, que é a condição para que a secretaria executiva consiga trabalhar de forma efetiva, não é? Não só a condição de RH, mas a condição de capacidade técnica, de orientação, de formação, o quê que a secretaria, as condições que a secretaria precisa para poder funcionar direito, não é? Porque só fazer um apontamento, eu pedi o relatório de gestão, o relatório da última gestão do CEAS, não lembro, reforcei isso em dezembro e aí acrescentei também que fez um relatório separado por comissão, não é? E também eu pedi para que a gente fizesse uma avaliação, foi minha, eu que pedi a inclusão de pauta para que a gente pudesse, minimamente, avaliar o nosso mandato. E aí, é, eu, Rosa apontando isso, você apontando, Mariana, essa questão, eu vejo que eu, enquanto comissão, como membro da comissão de orçamento a financiamento falei, porque se eu soubesse que a gente teria que se reunir para deixar, não é? Na verdade, sabe, mas o atropelamento, as exigências de demanda, acaba que a gente não tem isso alinhado, quem tem a função de nos orientar e dar subsídio e falar: “Olha, conselheiros, a gente precisa parar e fazer uma avaliação para deixar para a próxima gestão.” É a própria secretaria executiva, não é? Então quando Rosa faz esse apontamento e você faz essa, faz esses outros apontamentos eu percebo, assim, um ponto enquanto participante de uma comissão que está alheio por não apresentar, não cuidar do mandato dos conselheiros que vieram. Peço desculpa à Letícia que está lá também, porque a gente está aqui pertinho para compor a comissão de orçamento porque já chega com dificuldade de compreender como que foi a gestão passada. Porque eu não fui orientada que esse relatório deveria ter sido pronto, então a gente enquanto conselheiro eu tenho certeza que a gente cobraria que esse relatório estivesse pronto. **NELSON - SEDESE - Presidente** Lucas. **LUCAS - Convidado - Ex- conselheiro do conselho estadual.** Especificamente sobre isso a gente precisa também levar em consideração também o cenário em que a própria secretaria executiva se encontra. Nós tivemos uma perda muito grande dos técnicos da secretaria executiva que poderiam fazer memória daquilo que foi o trabalho da gestão anterior. A gente precisa deixar isso registrado. Então acredito eu que os novos técnicos

que aqui estão terão uma dificuldade para poder fazer memória daquilo que foi construção, das poucas reuniões que as comissões tiveram, e dos trabalhos que conseguiram fazer. Mas eu também compreendo a demanda que é apresentada pelo novo colegiado que é imperioso, ou seja, é fundamental que seja apresentado esses relatórios daquilo que foi feito para que se possa dar continuidade ao trabalho do conselho. O conselho não pode parar porque nós tivemos uma troca da secretaria executiva, porque nós tivemos uma mudança do mandato e aí, nesse sentido, eu sugiro até que os conselheiros possam, a própria secretaria executiva possa se organizar em grande mutirão para poder fazer levantamento dessas demandas consultando até os próprios conselheiros anteriores do conselho. Alguns têm condições de auxiliar a secretaria executiva nesse sentido para que possa ser apresentado isso com maior brevidade para o conselho, do contrário o conselho vai ficar travado de dar prosseguimento nas suas ações regulares. Um exemplo disso é o trabalho das comissões, em que ponto que as comissões pararam nas suas discussões? Do planejamento que foi pensado para o ano de 2023, o quê que foi concluído, o quê que não foi concluído? O quê que foi feito e o quê que não foi feito? Eu acho que o ponto de partida é o planejamento do ano de 2023, aquilo que foi conseguido dar prosseguimento e não dar prosseguimento para poder ser feito esse relatório. Acho que a coisa está bem tranquila de ser feita porque no início de 2023 nós fizemos planejamento das comissões e é preciso ser verificado aquilo que foi feito e aquilo que não foi feito e acredito que os conselheiros da gestão anterior estão à disposição para contribuir naquilo que for necessário. **ROSALICE - SSVP - Conselheira titular:** E esse planejamento, gente, na realidade eu estou pedindo esse relatório para a gente fazer um planejamento. A comissão de normas, por exemplo, na qual eu vou participar, precisa fazer um planejamento de ações que eu sei que estão pendentes desde 2022. Enfim, eu preciso, a gente precisa na próxima reunião, sentar e fazer um planejamento das ações. Então das questões de barragem. Não é apresentar um relatório e sim uma capacitação porque nós precisamos, como eu sei que os técnicos aqui já leram a lei de barragem, nós precisamos fazer um sorteio aqui na plenária, porque o sorteio dos processos que deveriam ser feitos no dia da primeira plenária. Ou seja, hoje nós deveríamos estar reunidos aqui com uma capacitação, pelo menos um técnico capacitando e a gente fazer um sorteio. Porque se semana que vem surgir um processo de barragem aqui, quem vai ser o conselheiro relator? Então isso aí são atribuições específicas do conselho que a gente tem a urgência de resolver. É por isso que eu coloquei esses dois pontos, só corrigindo lá, tá, Mira (Adelmira)? Não é relatório e sim apresentar o processo de barragem com o sorteio também para a gente analisar esses dois pontos urgentes para

planejamento do CEAS. **NELSON - SEDESE - Presidente** Assim, primeiro ponto eu só quero esclarecer que eu acho que, assim, na fala do Lucas, quando ele traz das alterações da secretaria executiva, e aí eu acho que é importante a gente ter isso também imposto que a gente não pode pessoalizar também o serviço. Então eu acho que a secretaria executiva ela precisa andar independente de quem esteja à frente da secretaria executiva. Então eu acho que quando eu assumo a superintendência de proteção básica eu não sou superintendência de proteção básica, eu estou superintendente naquele momento, mas eu tenho que fazer o trabalho de maneira que ele consiga andar mesmo na minha ausência. Então eu acho que a secretaria executiva hoje está se organizando para trazer todas essas informações para nós. E a secretária executiva Carol, ela traz ali como um ponto esses prazos em fevereiro, apresentar nas comissões e em março apresentar na plenária. Eu acho plausível, assim, o prazo que ela propõe, e aí também enquanto mesa diretora acho que a gente pode se reunir com a secretaria executiva e apoiar a construção desse relatório. Inclusive, se necessário acessar os conselheiros do mandato anterior para resgatar alguma memória, não é? E acho que e aí é entender se a gente pode caminhar com esses prazos, incluindo ali também o que a Rosa traz de apresentar o processo das barragens, e aí o prazo que a Rosa pede é em fevereiro. A gente tem um consenso nessa proposta ou tem alguma proposta diferente? Então a gente pode votar como um consenso por essa proposta? Então pela aprovação. Então por unanimidade, aprovado. O próximo ponto de pauta é também uma solicitação da Grazielle a respeito do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, acho que é a participação desse fórum em fevereiro. Você quer relatar, Grazi?

GRAZIELE - PSIND - Conselheira titular: Só fazer o resgate também dos conselheiros novos e a quem estava aqui também, que na gestão passada a gente aprovou um plano de apoio ao controle social, não é? Apoio até de usuários, trabalhadores, entidades e URCMAS, então isso vai de encontro a essa, a esse, a responsabilidade que o CEAS tem de fortalecer o controle social. Então o CNT vai fazer uma, ele vai fazer o IV Seminário Nacional de Encontro, um seminário com os trabalhadores do SUAS que vai ocorrer em São Paulo no início do mês de fevereiro, eu estou tentando achar a data aqui, eu mandei para a Poliana. 12 e 13? 12 e 13 de fevereiro, é. Oi? Não, os trabalhadores, então a gente precisa de, a gente está pedindo suporte para poder comparecer, recurso para poder comparecer no seminário. E aí quem é o representante dos trabalhadores é Marcelo, Sandra e eu, não é? O Leandro não está aqui e a Sandra pediu a palavra, que aí você se posiciona aí também, Sandra. **SANDRA - SINTIBREF - Conselheira suplente** : Eu tenho aqui o informe da Grazielle, também reforçar esse pedido de apoio porque vai acontecer esse fórum, tem uma pauta muito importante que

538 a gente vai discutir a Resolução 06 antes de chegar ao pleno. Porque não sei se
539 acompanharam um pouco, não é? Os usuários trabalharam na atualização da
540 resolução, então já está toda trabalhada a resolução nacional do que compete, quem
541 são os usuários, como que, não é? Tudo organizado. E nós trabalhadores não
542 conseguimos justamente por nossas divergências aí da bancada trabalhista, mas
543 também o conselho nacional e a gente deixou, tirou um encaminhamento daquele
544 momento para adiar para a primeira plenária, que isso vai acontecer agora em fevereiro,
545 não é? Em Brasília. Então esse seminário é muito importante, gente, a gente vai estar
546 trabalhando, escutando os trabalhadores sobre a Resolução 06 dentro de outros pontos.
547 Mas nesse ponto é de fundamental importância, que foi um ponto com muito debate,
548 com muito dilema, não chegamos a um consenso, tivemos professores assessorando,
549 a Leonora Schettino saiu daqui, o professor Bernardinho, foi assim, então foi um
550 momento de muito complexo, vou usar essa palavra. E lá no fórum a gente quer
551 continuar, já sair com algumas diretrizes, com algum consenso de quem são os
552 trabalhadores do SUAS, porque o grande dilema é se o Fórum Nacional de
553 Trabalhadores tem que ter cadeira no CNAS, se ele tem que ser eleitor. Aí a gente põe,
554 por exemplo, o Fórum Nacional de Usuários que lá estão, não é? Então assim, é muito
555 importante o apoio dos trabalhadores aqui deste conselho participarem. Mesmo eu estar
556 indo pela federação nacional, que eu também componho a Coordenação do Fórum
557 Nacional, e que esse é um dos pontos, dentre outros, muito importantes para a gente
558 estar trabalhando agora no dia 12 e 13. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Mariana.
559 **MARIANA - SEDESE - Convidada:** Então, temos um problema. Por quê? Vocês não
560 receberam as diárias ainda porque o CIAF não está aberto. Dois e três de fevereiro é
561 semana que vem, para fazer processo de viagem que nesse caso aí poderia, deveria,
562 provavelmente, ser passagem aérea, a gente nessa semana a gente não tem nem
563 contrato com a empresa que faz as passagens aéreas porque nós estamos em janeiro
564 abrindo orçamento, abrindo planejamento de compras, abrindo o planejamento de
565 viagens e por esse motivo que em fevereiro é que a gente vai trazer para a deliberação
566 aqui o nosso plano de aplicação de recursos. Então assim, hoje eu não posso dizer que
567 a gente consegue fazer esse processo porque eu não tenho orçamento e contratos
568 abertos para conseguir fazer a viagem que já é na semana que vem, considerando
569 aqueles prazos que a gente conversou ontem. E aí é bem importante a gente frisar que
570 no ano passado todas as viagens foram custeadas, para o Fórum Nacional dos
571 Conselho Estaduais de Assistência Social - FONACEAS, para reuniões
572 descentralizadas. Então eu não estou dizendo aqui que a SEDESE não vai custear
573 viagens nesse sentido, mas estou dizendo que para semana que vem eu acho

574 impossível a gente se comprometer aqui, visto que nem as diárias dessa semana vocês
575 ainda, a gente ainda não consegue dizer o dia que vocês vão receber. Então temos essa
576 dificuldade. **GRAZIELE - PSIND - Conselheira titular:** Mariana, são só duas perguntas.
577 É possível ressarcimento e aí a data é possível. E aí, mas é possível também uma
578 tentativa porque se não tiver tempo não tem como, não tem e aí a Sandra vai aí, ela vai
579 pela outra, pela federação está tranquilo, aí a gente vai pelo CEAS, se for possível.
580 Porque a gente entende que foi, que o prazo era curto, a gente compreende isso que já
581 foi dito mais uma vez aqui, que o prazo é curto e há de ter essa compreensão. Então
582 minhas duas perguntas são as seguintes, a gente pode encaminhar pela ida se não tiver
583 condição não vai, porque é imperativo ou então ter um ressarcimento, aí eu tento outra
584 via de financiamento e aí depois eu sou ressarcida. **MARIANA - SEDESE - Convidada:**
585 O ressarcimento seria de passagens terrestres porque a gente não teria como fazer as
586 passagens aéreas e nem fazer o ressarcimento de passagem aérea. Poderia fazer a
587 diária e colocar, por exemplo, o transporte a cargo da pessoa, e se ela quiser transporte
588 terrestre ela pedir o ressarcimento depois. Nesse caso eu acho mais viável sim, tá? Isso,
589 entendeu? Isso. Então, assim, dá para abrir o processo de diária igual a gente fez com
590 a diária para vocês virem aqui, a gente vai abrir o processo de diária para pedir, vocês
591 vão receber depois e o comprovante de passagem terrestre pode ser ressarcido, aéreo
592 não pode. **SANDRA - SINTIBREF - Conselheira suplente:** É isso, gente, é terrestre.
593 Porque eu estava falando com as meninas também, se a gente não tiver esse apoio fica
594 difícil, igual eu pela quantidade que vai me financiar, mas provavelmente eu vou de
595 ônibus, porque passagem de São Paulo está R\$2.500 ida e volta, isso é impossível.
596 Não é nem porque a entidade está financiando que a gente vai pagar uma passagem
597 cara dessa, vou pegar o ônibus e chegar lá de manhã, como vários colegas, às vezes
598 vão fazer porque não tem condições, o fórum não tem recurso próprio, assim, não é?
599 Dos representantes, então talvez se alguém disponibilizasse ir de ônibus e tiver
600 possibilidade desse ressarcimento seria uma fonte. E a questão do fevereiro ter se dado,
601 é verdade, na nacional também a nossa plenária vai ser virtual o fevereiro, só os
602 usuários e a mesa diretora que vão presencial, porque não tem recurso, porque ainda
603 não abriu toda essa questão que Mariana fala, a nossa plenária vai ser virtual em
604 fevereiro. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Mariana. **MARIANA - SEDESE -**
605 **Convidada::** É complementar a informação, importante que, no caso aí os
606 trabalhadores, como isso, gente, é para ficar bem claro, o custeio dessa atividade ela
607 não é das atividades de rotina do CEAS. Então eu preciso que vocês aí no caso o Fórum
608 Nacional de Trabalhadores isso seja formalizado porque é muito diferente das viagens
609 do FONACEAS que é o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais onde nós, o CEAS

610 tem a cadeira cativa lá. Esse caso não é uma atividade dos conselhos estaduais, é
611 importante a gente deixar isso bem formalizado, isso tem que ser aprovado porque isso
612 também pode dar margem para outros pedidos de participação de custeio de viagens e
613 aí lembrando que a gente sempre tem a aprovação aqui nesse conselho do valor de
614 despesas de viagem no ano que esse conselho pode, que gasta, que vai ser custeado,
615 que significa também a gente, na hora de aprovar o plano de aplicação e recursos ter
616 consciência dos valores que a gente está destinando para essa atividade. **NELSON -**
617 **SEDESE - Presidente:** Lucas. **LUCAS - Convidado - Ex- conselheiro do conselho**
618 **estadual:** Eu vou aproveitar só o gancho para poder dizer que a resolução para prever
619 o plano de apoio no fortalecimento ao controle social não foi com o anexo do plano.
620 Então a gente precisa ver o anexo do plano para enquanto fórum, essas articulações de
621 usuários, trabalhadores e entidades possam saber o quê que é que esse conselho
622 aprovou para fortalecer essas outras instâncias de controle social. Então a gente precisa
623 disso também para poder compreender, é um pleito legítimo aí dos trabalhadores para
624 que também os outros fóruns também possam fazê-lo no mesmo sentido. **NELSON -**
625 **SEDESE - Presidente:** Com relação ao plano, a gente já sinalizou isso com a secretaria
626 executiva e a secretaria executiva vai corrigir essa publicação e a inclusão do plano no
627 site do CEAS. A Carol está só sinalizando aqui também o envio para todos os
628 conselheiros através do manual. Aí só para a gente tirar o encaminhamento aqui, então
629 a proposta é que o fórum encaminhe a solicitação formalmente para a gente ter esse
630 encaminhamento, e aí para a gente partir para a aprovação é só retirar os nomes então
631 de quem são essas pessoas que vão representando. Mariana. **MARIANA - SEDESE -**
632 **Convidada::** A minha assessoria está aqui também pedindo um ponto de atenção. Os
633 trabalhadores estão indo representando o CEAS? Como que é? Questão de justificativa
634 da despesa, porque o CEAS está custeando as despesas do Fórum Nacional dos
635 Trabalhadores e isso vai acontecer para os outros fóruns? Porque o Lucas está trazendo
636 exatamente essa questão. O plano que foi aprovado, ele está colocando isso como
637 despesas para gestão estadual custear dentro do fundo estadual de assistência social?
638 Gente, por quê que é importante frisar? Porque uma coisa é despesa do controle social
639 do CEAS ou participação como representante do CEAS, outra coisa é representante do
640 fórum num encontro que é do fórum. Eu estou falando isso porque eu preciso de
641 justificativa para a minha despesa, ok? **NELSON - SEDESE - Presidente::** Marcelo.
642 **MARCELO - OAB - Vice presidente:** Eu acredito que a fala da Mariana ela tem sentido,
643 mas a gente tem que compreender em cima até do que o Lucas falou, os fóruns dos
644 trabalhadores, os fóruns dos usuários, os fóruns das entidades, esses encontros eles
645 também são de qualificação, de melhoria do trabalho do conselheiro, como da sua

atividade no conselho. Então se não está explicitamente dito desta forma, eu penso que de uma forma indireta está assegurando. Por isso que aquele plano que foi começado a apresentar ontem, ele é de fundamental importância para que seja aprovado e para que nele fique assegurado, não só participação do FONACEAS, que eu vi que era o primeiro que tinha lá, mas também que fique assegurado a participação de todos os fóruns que participam do CEAS. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Só para tirar o nome aqui então, o nome que iria representar é a Grazielle. Então os encaminhamentos são o envio do fórum solicitando o apoio do CEAS, na participação do fórum nacional e aí a SEDESE vai entender ali se é possível o ressarcimento ou o pagamento anterior, não é? O ressarcimento já é ok, tá. **MARIANA - SEDESE - Convidada:** A minha pergunta, e eu vou precisar dessa resposta, é, o convite é para o CEAS, a formalização vai vir para o CEAS? É só isso que eu preciso, tá, gente? Para justificar. **GRAZIELE - PSIND - Conselheira titular:** Eu estou fazendo contato com a secretaria executiva do fórum nacional e solicitando esse encaminhamento. **NELSON - SEDESE - Presidente** Então a gente ainda não tem a resposta se é a tua representação enquanto CEAS ou enquanto fórum. **MARCELO - OAB - Vice presidente:** Como é o FEAS que está, o FET, o Fórum dos Trabalhadores do Estado é que está demandado isso, o FET SUAS encaminhada para cada participação dos seus conselheiros nesse encontro. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Então temos o encaminhamento aprovado? Pela aprovação? Por unanimidade, aprovado. Aí o próximo ponto de pauta incluído foi pelo Isac que é a respeito da declaração de conhecimento do fórum nacional dos usuários. **ISAC-CCQAMRD - Conselheiro titular :** Bom, esse ponto de pauta é uma solicitação do Fórum Nacional dos Usuários do SUAS e já foi encaminhado a esse conselho no mês de dezembro, só que na ocasião não havia mesa diretora composta para fazer a assinatura da declaração caso fosse aprovado pelo conselho. Vou explicar rapidamente o que é essa declaração. O Fórum Nacional de Usuários do SUAS, hoje, ele é reconhecido pela maioria dos usuários no Brasil como a mais importante organização de usuários do SUAS porque ele, como todos os fóruns, ele integra diversas organizações de usuários de diferentes atores entre os usuários do SUAS. E o fórum que até hoje tem cadeira, a cadeira no Conselho Nacional de Assistência Social, como é de conhecimento desse conselho estadual, ele já teve no histórico desse conselho estadual, isso foi o conselho antes e quem esteve dentro da secretaria executiva antes deve se recordar, em diversos momentos ele esteve como parceiro desse conselho estadual ajudando na articulação dos usuários aqui em Minas e também em outras pautas do SUAS. Por exemplo, esteve em conferências passadas, na conferências estaduais, esteve também quando a gente teve, dia 02 teve o fórum nacional de

usuários aqui ajudando na articulação dos usuários em Minas Gerais e diferentes pessoas que estiveram na coordenação do Fórum Nacional de Usuários da Assistência Social. Então inclusive nessa última conferência que a gente fez também havia um representante do fórum nacional e até apontaram na última plenária, na avaliação, o Fórum Nacional de Usuários teve um papel muito importante na organização dos usuários para a conferência nacional. Então assim, foi solicitado a esse conselho uma declaração de conhecimento de existência e funcionamento do Fórum Nacional de Usuários e já foi encaminhado para a secretaria executiva o modelo da declaração que é exigido pela comissão eleitoral do Conselho Nacional de Assistência Social para a participação das organizações dos usuários no processo eleitoral. Então ele precisa desse conhecimento por no mínimo cinco estados do Brasil. Então foi feita a solicitação para Minas Gerais nesse sentido e estou trazendo aqui, eu entendo, por todo esse histórico, que esse conselho estadual conhece da existência desse Fórum Nacional de Usuários. É por isso que eu estou solicitando o apoio de vocês na aprovação dessa solicitação. **NELSON - SEDESE - Presidente** Eu só tenho uma dúvida, Isac, se o fórum encaminhou essa, algum ofício, algum documento solicitando essa declaração para a Secretaria Executiva e se nessa solicitação contém uma descrição das atividades do fórum que eu acho que é importante que o conselho entenda, também, como que esse fórum chega à mesa para que o conselho possa dar uma declaração de reconhecimento da existência do fórum. **MAYRA - APAE - Conselheira titular:** Eu queria reforçar a mesma coisa disso, até para conhecer, estou chegando agora, então de conhecer. E de saber também o quê que o conselho tem acompanhado nesse ponto também, o CEAS, não é? Então assim, era isso, minha dúvida é essa também. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Lucas. **LUCAS - Convidado - Ex- conselheiro do conselho estadual:** Enquanto ex-conselheiro desse conselho nos dois últimos mandatos, ou seja, por 04 anos, esse conselho, esse colegiado nunca acompanhou as atividades que foram executadas pelo Fórum Nacional dos Usuários e Usuárias da Política de Assistência Social. Em nenhum momento houve um acompanhamento de nenhuma atividade do Fórum Nacional dos Usuários, tampouco do, vou dizer o contrário, do Fórum Nacional dos Trabalhadores. Que a representação dos trabalhadores e das trabalhadoras sempre fizeram relatos das ações que eram executadas, está aqui o exemplo de Grazi que trouxe hoje novamente das ações que eram executadas pelo Fórum Nacional dos Trabalhadores, diferente do Fórum Nacional dos Usuários. Nós desconhecemos, pelo menos da experiência que tive dos 02 últimos mandatos, dos 04 anos, nós desconhecemos atividades que eram executadas, desconheço também de comunicações, e aí têm os conselheiros de representação dos usuários que aqui estão,

Simone, o próprio Isac, Leon que também estava no mandato anterior. Eu também desconheço de comunicações do fórum nacional sendo encaminhadas para a participação da representação dos usuários em suas atividades que sejam planejadas. Em nenhum momento o conselho recebeu qualquer tipo de relatório das atividades que foram executadas pelo fórum nacional, a nível nacional e mesmo dentro do território de Minas Gerais. Então acredito eu que uma declaração que deve ser dada para comprovar o funcionamento nos últimos 02 anos, que o que teria no mandato anterior em que estive junto com os meus pares na mesa diretora, não é possível ser dado nesse momento que é a finalidade com a qual é o pedido encaminhado pelo Fórum Nacional dos Usuários, eu acho que contribuí.

NELSON - SEDESE - Presidente:: Mariana.

MARIANA - SEDESE - Convidada: Eu vou um pouco no sentido, gente, da burocracia que eu acho que o Lucas já traz, a Maíra, acho que quem falou aqui antes. Primeiro, isso não, também na minha permanência enquanto conselheira e presidente a gente nunca deu esse tipo de declaração. Não vejo também que isso passe a existir, não vejo problema que isso passe a existir a partir de agora. No entanto eu acho que a gente tem que ter uma formalização mínima, requisitos mínimos, eu acho que isso tem que ser verificada também as resoluções do CNAS, porque na hora que o Isac explicou é que eu entendi a demanda. E aí a explicação dele está diretamente relacionada à eleição das cadeiras do CNAS, a forma como o CNAS reconhece e recomenda que sejam feitas a escolha dos fóruns de trabalhadores, de usuários, de entidades de forma estadual, regional, nacional. Então assim, eu acho que tem um fundamento, precisamos formalizar esse processo aqui dentro do CEAS. Eu acho que é importante a gente lembrar que na conferência estadual que a gente realizou em novembro vários fóruns foram criados e aí esses fóruns vão iniciar o funcionamento ou já iniciaram o funcionamento, e esse CEAS tem total interesse no funcionamento desses fóruns. Então eu acho que é importante que isso seja, vou dizer, formalizado, regulamentado aqui por esse CEAS porque é a primeira demanda que aparece mas outras irão acontecer.

GRAZIELE - PSIND - Conselheira titular : Eu penso que, talvez, a gente precisa também compreender a natureza dos fóruns, da existência dos fóruns porque não é da competência do CEAS acompanhar o fórum, avaliar o fórum. É da competência do CEAS contribuir para a ampliação e garantia do controle social, esse é o ponto. Então, assim, e não há que se falar em burocratizar uma instância que não tem essa condição de ser burocratizada. E aí eu vou fazer, eu já fiz esse resgate aqui ano passado e vou fazer um resgate, quando a gente tinha um governo mais alinhado, governos mais alinhados em defesa da democracia, a gente teve uma ampliação do controle social, isso eu não estou inventando, a gente teve, tiveram diversos conselhos que foram

754 extintos no governo passado. Nós estamos hoje no governo do Estado com diversos
755 conselhos inviabilizados para funcionar. Por uma decisão política desse governo, então,
756 isso é um primeiro ponto. Então a gente, a função do CEAS, a função da gestão é
757 fortalecer o controle social, criar condições para a existência e não cobrar uma
758 burocratização que a gente não tem como executar, porque a gente não tem recurso
759 para efetuar uma burocratização. Pensa assim, o Marcelo estava na primeira reunião
760 do FET, não é? Porque a gente é muito alinhado com o FET, quem participa dessa, por
761 que a gente não faz auto representação, não é? A gente fala um coletivo, então, os
762 trabalhadores que aqui compõem o CEAS, a gente puxa para participar do FET porque
763 é lá que a gente constrói o nosso dissenso para também trazer a posição dos
764 trabalhadores porque a gente não está falando da Grazielle, do Marcelo, da Sandra, a
765 gente está falando de escutar 853 municípios com os seus tantos, não sei quantos
766 trabalhadores, o João tem que me falar a quantidade de trabalhadores que ele, 30 mil
767 trabalhadores, não é? Então, esse é o primeiro ponto. Então, a gente, não há que se
768 falar em burocratização, esse é um primeiro ponto. Em relação ao CNT a gente falou
769 por diversas vezes aqui sobre a existência do CNT. A Sandra falou por diversas vezes
770 porque ela está lá na linha de fogo da resolução 06 que é traçado e articulado no CNT.
771 Eu falei na última plenária da participação do CNT, durante, a gente conseguiu uma
772 reunião com o núcleo de gestão do trabalho e educação permanente. A equipe inteira
773 da gestão do trabalho e educação permanente esteve em reunião do CNT, a atividade
774 mais expressiva da conferência nacional que teve o maior número de participação foi o
775 contrapartida que organizou, e eu respondi isso aqui e por diversas vezes a gente fala
776 e quem compõe o FET, compõe o CNT. Então, a gente, e aí eu entendo que talvez não
777 consiga compreender porque não está na participação, a gente tem em torno de umas
778 cinco reuniões mensais, se não participa desses coletivos não vai conseguir alcançar a
779 complexidade do trabalho e a dificuldade de burocratizar. Em relação a fórum de
780 usuários, mas espera aí, como que a gente, a gente não tem obrigação de avaliar, de
781 acompanhar, acompanhar para que possa exigir sim, mas não para poder cobrar uma
782 ampliação, mas a gente tem essa obrigação de fazer, de acompanhar para fortalecer.
783 Se a gente reconhece que tem cadeira no CNAS, que o Fórum Nacional de Usuários
784 tem cadeira no CNAS porque a gente vai falar que a gente não reconhece o fórum de
785 usuários? Se a gente teve a participação da coordenação do Fórum Nacional dos
786 Usuários na nossa conferência, como que a gente vai falar que não tem fórum nacional?
787 Não, mas a gente não tem que aprovar, a gente não tem que fazer uma declaração de
788 que a gente tem conhecimento do fórum. É essa a declaração que a gente tem que
789 fazer, não é declaração que o fórum está se reunindo periodicamente, se ele faz, a gente

790 só tem a dizer, não, a gente sabe que ele existe, é essa a declaração. E a gente sabe
791 que ele existe. E aí só fazer um outro ponto, eu penso que a gente está entrando numa
792 discussão que não tem necessidade também porque eu acho que é imperativo que
793 Minas se posicione a favor do fórum para fortalecer, porém, só vou dizer um detalhe, o
794 Isac ele já tem outros estados reconhecendo fórum, então falou que são cinco, mais de
795 cinco estados já reconhecem o fórum. Eu acho que se a gente fizer uma abstenção de
796 falar assim: "Não, a gente não reconhece um fórum." Eu acho que a gente, é um prejuízo
797 muito grande para o CEAS, para o controle social. Não, eu estou dizendo o seguinte,
798 porque se a declaração não estiver muito enganada, eu vou pedir para o Isac nos
799 esclarecer nessa situação aí. É uma declaração de que o fórum existe, reconhecimento.
800 **NELSON - SEDESE - Presidente:** Agora o Marcelo vai falar gente, eu só vou pedir para
801 iniciar porque depois o Isac está inscrito também, eu só vou pedir para iniciar a gente
802 se ater ao tempo, Marcelo, Maíra e Isac, só para a gente se ater ao tempo, gente. 02
803 minutos. **MARCELO - OAB - Vice presidente:** Olha gente, o Fórum Nacional dos
804 Trabalhadores, não só dos trabalhadores, mas dos usuários, ele existe, é do nosso
805 conhecimento, todos nós sabemos. Nós estamos criando aqui uma discussão, no meu
806 ponto de vista desnecessária. Se nós temos um representante do Fórum Estadual dos
807 Trabalhadores aqui, dos trabalhadores, eu falo trabalhador por causa de mim, mas dos
808 usuários, se nós temos representantes de usuários, não é? Essa gente, como foi dito
809 aqui, teve participação na conferência nacional de Fórum Nacional dos Usuários, ponto.
810 Nós temos conhecimento que ele existe. Eu estou vendo aqui no documento do nosso
811 presidente, é nós darmos uma declaração de conhecimento da existência do fórum. Nós
812 vamos dizer que ele não existe? É isso. Ele não está pedindo para a gente que ele, é
813 questão do verbo, o verbo é conhecer, nós não conhecemos? **NELSON - SEDESE -**
814 **Presidente:** Mayra. **MAYRA - APAE - Conselheira titular:** Eu queria esclarecer, quando
815 eu peço esclarecimento é para entender a origem mesmo, eu acho que em momento
816 algum ninguém aqui está descaracterizando os movimentos nem nada, não
817 reconhecendo, acho que não é por aí. Era mais para poder entender mesmo de onde
818 que vem o pedido e o quê que se caracteriza até para poder conhecer mais o
819 acompanhamento e tudo mais. Então queria só deixar registrado isso. **NELSON -**
820 **SEDESE - Presidente:** Isac. **ISAC- CCQAMRD - Conselheiro titular:** Eu vou
821 agradecer a todos aí que falaram porque as dúvidas são todas necessárias e
822 interessantes. Depois eu quero, acho que eu vou ter que me inscrever duas vezes
823 porque foram várias perguntas e algumas de âmbito diferente. Em súmula, gente, a
824 declaração de conhecimento de existência do funcionamento do fórum é simples, o
825 Conselho CEAS já teve diversas parcerias com o fórum, independentemente da

coordenação que está agora. Porque o fórum, por exemplo, eu lembro de, acho que na, quando a gente fez o dia D, que eu não vou me lembrar se é 2017 ou se é 2018, veio um representante que era o Daniel, hoje ele nem compõe essa coordenação mais, em outros momentos vieram a Aldenora. E momentos com conversas com o fórum eram outras pessoas que respondiam, então o fórum nacional ele tem uma secretaria, uma coordenação executiva que é eleita regularmente, que é composto por três pessoas, inclusive está no modelo de declaração que eu encaminhei para a secretaria executiva que solicitou. Então a solicitação do Fórum Nacional é uma exigência do processo eleitoral do Conselho Nacional da Assistência Social, eu quero falar que conhece o fórum nacional e o conhecimento desse conselho tem, por mais que, de repente, alguns conselheiros estão chegando agora e vão, de repente, vão participar da conferência estadual, participar da conferência nacional, nunca leram a composição do Conselho Nacional de Assistência Social podem não ter conhecimento da existência, mas o conselho do CEAS tem esse conhecimento porque já tem diversas parcerias com o fórum nacional, esse é o primeiro ponto. E aí teve perguntas relacionadas ao fórum estadual de assistente social. Eu entendo que talvez não seja relevante para essa questão, mas como foi a pergunta eu tive que responder. O Fórum Estadual de Usuários do SUAS ele não está articulado nesse momento, com uma coordenação executiva eleita. O fórum, a gente teve momentos de construção que inclusive contamos com o Fórum Nacional na época, fez toda a mobilização, exatamente pela desglobalização dos fóruns regionais e nesse processo de conferência a gente fez uma nova tentativa de rearticulação e ainda temos muito a caminhar para que Minas Gerais tenha uma representação na coordenação do Fórum Nacional de Usuários que nesse momento Minas Gerais não tem. Minas Gerais acho que sempre esteve na vanguarda do SUAS em alguns momentos, nesse momento está atrasado com a questão da organização dos usuários. Agora, isso, no meu entendimento, não tira o conhecimento que o Conselho Estadual tem da existência do Fórum Nacional de Usuários. Então, eu vou pedir novamente à secretária executiva para tanto apresentar para vocês a solicitação que foi enviada por e-mail em dezembro, que eu acredito que deveria ter sido enviada para todos os conselheiros do atual mandato, não sei se foi, e também que apresente o modelo da declaração que é o modelo do Conselho Nacional. E aí, se tiver mais alguma pergunta, fico à disposição de vocês para responder também mais colocações, de toda forma agradeço por todas as falas que tiveram. **SIMONE - FLORES DE RESISTÊNCIA**

859 - **1ª Secretária** Isac, quando você faz esse pedido, essa declaração você já tem o modelo dela? Tem como apresentar para a gente o quê que está escrito? **ISAC-**

861 **CCQAMRD - Conselheiro titular:** Só para falar novamente, a declaração ela é

862 nacional, é do Conselho Nacional que construiu, já enviei, para a secretária executiva
863 que me solicitou, eu já enviei. Então eu pedi para que a projete, para que vocês
864 conheçam. **NELSON - SEDESE - Presidente:** A declaração encaminhada está assim,
865 declaração de reconhecimento e existência, de existência e atuação para representante
866 de usuários. Declaro, para os devidos fins, que que o Fórum Nacional das Usuárias e
867 Usuários do Sistema Único de Assistência Social FNUSUAS concede na Avenida Mário
868 Fortunato Barrilha, número 34, cidade de Macapá, estado de Amapá, exerce suas
869 atividades de assistência social cumprindo regularmente as suas finalidades desde 14
870 de novembro de 2014. Sendo seus representantes legitimados com fundamento nas
871 definições da resolução do CNAS 99 de 04 de abril de 2023, e documentos consultivos
872 ou relatório de reunião pelo período do mandato de 06/12/2019 a 31/07/2024, composto
873 pelos seguintes membros. Bom, então: representante um, nome completo Aldenora
874 Gomes Gonzalez; representante dois, Solange Bueno; representante três, Jairo Maciel
875 Almeida Dias e aí a assinatura do presidente do Conselho Estadual de Assistência
876 Social. Mariana. **MARIANA - SEDESE - Convidada :** É porque eu acho que ninguém
877 está falando aqui que o fórum não existe, já foi falado. A questão é que nessa declaração
878 pede reconhecimento de existência e atuação, a minha sugestão para o CEAS é que
879 para que fique devidamente comprovado, documentado no Conselho, que sejam
880 enviados alguns documentos de comprovação de atuação. É só isso, não é questão de
881 burocratizar não, mas é questão de ter segurança sobre o que se vai atestar ali, porque
882 está falando de uma atuação. Então, eu entendo, eu acho que tem que ter fundamentos
883 consistentes para comprovar a atuação que possam ser arquivados nesse Conselho,
884 documentados, é só isso. **LUIZÃO - ARMI - Conselheiro titular:** Eu acho que é isso,
885 se a gente tivesse, que desde a primeira fala do Isac ele falou que já tinha encaminhado
886 esse documento para a secretaria executiva. Se a gente tivesse colocado ele ali, não
887 teríamos essa discussão toda. Mas desde a primeira fala ele falou: "Já encaminhei, já
888 encaminhei, já encaminhei." Demorou muito tomar essa decisão de colocar esse
889 documento aí. Uma vez colocado aí está claro, tem que aguardar um relatório das
890 atividades, simples assim. Eu acho que acabou a discussão. Quando o relatório chegar,
891 vamos analisar e aí sim podemos votar. Viu, Isac? Eu acho que o entendimento é esse
892 porque realmente não dá para mim votar, por exemplo, sem ter o conhecimento das
893 atividades, para mim que cheguei agora. **MARCELO - OAB - Vice presidente:** Eu
894 gostaria então de fazer uma sugestão de encaminhamento. Eu acho que como sugestão
895 de encaminhamento, que nós deliberemos pela aprovação do documento com a
896 ressalva de que seja encaminhado ao CEAS o documento da existência de reuniões,
897 ele fala documentos constitutivos ou relatório de reuniões. Se apresenta um relatório de

898 reuniões próprio e a gente resolve isso, é o encaminhamento. **NELSON - SEDESE -**
899 **Presidente:** Sandra. **SANDRA - SINTIBREF - Conselheira suplente :** Gente, isso é
900 simplesmente tranquilo. Solange, os nomes que estão citados ali, ela é a atual
901 conselheira nacional de assistência social, o CNAS pode dar declaração com dois
902 palitos, dois minutos, passa lá que ela é atuante, ela é a conselheira nacional e é a
903 presidente. A Aldenora ela acompanhou nos estados do Brasil a questão de ser
904 chamada enquanto representante do fórum nacional todos os estados a conferência,
905 ela participou de várias conferências, elas estava comigo em Amazonas, Amazonas ou
906 Boa Vista, ela estava comigo enquanto representante de usuários. Então ela foi
907 chamada em várias conferências estaduais falando pelo fórum, assim, é tranquilo, vem
908 essa declaração em dois tempos. Obrigada. **Isac - CCQAMRD - Conselheiro titular:**
909 Pessoal, eu vou agradecer novamente, e assim, acho interessante o encaminhamento,
910 no entanto eu acho que a própria secretária executiva desse conselho tem condição de
911 recuperar ações desse fórum nesse conselho aqui. Se pegar um relatório, deve constar
912 no relatório da conferência estadual nossa, que a Aldenora participou nessa conferência
913 do ano passado representante do fórum nacional. Deve constar em outros momentos aí
914 que a participação do fórum nacional aqui nesse conselho. Então, eu vou solicitar aí ao
915 fórum nacional que encaminhe também a parte de princípios e de criação do fórum
916 nacional para esse conselho estadual para que se agilize isso. Só que a gente tem um
917 problema que é o prazo para que seja enviada essa declaração, a gente precisa que
918 essa declaração seja enviada no mês de janeiro, se todos estiverem de acordo, está
919 bom? Eu compreendo perfeitamente essas ressalvas de vocês, mas vou voltar a dizer
920 que o conselho tem o conhecimento da existência e da atuação do fórum nacional, está
921 bom? **GRAZIELE - PSIND - Conselheira titular:** Mas o Isac também está
922 encaminhando que o conselho faça um resgate da, porque o CNAS tem como fazer
923 isso, igual a Sandra falou, dois palitos, rapidinho conforme a existência do fórum porque
924 essas duas inclusive uma reunião que eu estive uma das conselheiras estava presente,
925 nacional. Mas ele também está pedindo que o estado, o CEAS, faça um resgate histórico
926 da participação do Fórum Nacional dos Usuários que tem como comprovar, é só buscar
927 no histórico, é isso que ele está pedindo também. É isso, não é, Isac? Dois
928 encaminhamentos. **SIMONE - FLORES DE RESISTÊNCIA - 1ª Secretária:** Eu acho
929 que a gente tem três propostas, vocês estão esquecendo e invalidando a proposta do
930 Luizão. Ele colocou a proposta que primeiro a gente recebesse o documento, avaliasse,
931 ele não está colocando impedimento em aprovar, mas ele quer fazer conhecimento
932 primeiro antes de aprovarem um documento, então eu acho que são três propostas, a
933 gente está esquecendo da terceira proposta aí. **MARCELO - OAB - Vice presidente:**

934 Me permite, Luizão, eu não estou, eu não estou discordando da sua proposta, eu estou
935 aprimorando a proposta no sentido de que a gente adiante, a gente já aprove pela
936 construção do documento com a ressalva da apresentação deste documento. Porque
937 se não tiver apresentação do documento não está validada a aprovação. **LUIZÃO -**
938 **ARMI - Conselheiro titular:** Olha, deixa eu falar para vocês. Nós tivemos uma questão
939 de uma questão que o Estado, uma prestação de contas, foi nos solicitado o relatório
940 de atividade. Nós encaminhamos o relatório, não satisfeitos, ligaram lá na assistência
941 social do município para perguntar, mesmo com a assinatura do nosso presidente do
942 conselho municipal, se realmente era aquilo. Então, assim, eu acho que eu não vou
943 validar aquilo que eu não vi, eu não tenho conhecimento. Eu preciso ver o relatório de
944 atividade do Conselho, do fórum. O senhor viu o relatório? Porque se a prática para mim
945 é uma, lá do município que eu acho que tem que ser, o estado tem que dar exemplo
946 para o município, porque senão vou chegar falar: “Fica tranquilo, o estado é diferente.”
947 Porque eu vou chegar lá e vou falar assim: “Olha, lá tem fulano que já participou.” Não,
948 eu vim aqui para entender, o estado é referência para o município, se o Estado cobra
949 de mim uma situação, e eu sou obrigado a respeitar o que Estado está cobrando, então
950 eu não posso chegar aqui e pensar diferente, eu acho que tem que caminhar sim o
951 relatório, a gente tem que olhar, para depois sim, aprovar. E ainda mais, eu acho que os
952 outros Estados que já aprovaram foi encaminhado também, ou não, eles já deveriam ter
953 encaminhado para Minas que estado fulano, beltrano, cicrano já aprovou também, não
954 é? Já tem cinco, seis, dez Estados que já aprovaram esse encaminhamento. **GRAZIELE**
955 **- PSIND- Conselheira titular:** Eu acho que a sua, que esse exemplo que você dá é
956 diferente da declaração que a gente está,(...) que os usuários pedem, não é? Mas só
957 para poder fazer, a gente não está falando, o CEAS é uma instituição, não são os
958 conselheiros que estão aqui, é uma instituição. Quando o Isac pede encaminhamento,
959 quando o Isac pede o encaminhamento do CEAS, relatório do CEAS, é que o CEAS
960 faça esse resgate histórico das atividades do fórum nacional para esse, para apresentar,
961 para apresentar, inclusive, para o fórum nacional, para o conselho nacional. Então, o
962 CEAS tem condições de dizer desse relatório. A gente precisa tomar um cuidado porque,
963 assim, o fato de eu não, eu, pessoalmente, não conhecer como que o fórum de
964 trabalhadores atua, como que o fórum de usuários atua não significa que o CEAS,
965 enquanto instituição, não reconheça. Por isso que o Isac pede esse encaminhamento.
966 E a Sandra falou assim: “*É fácil para o CNAS fazer isso*” porque a gente, e aí eu estou
967 entrando nisso porque assim, o fórum dos trabalhadores é muito alinhado com o fórum
968 dos usuários nesse aspecto, porque na verdade a gente gostaria também que o fórum
969 de entidades também estivesse fortalecido para que a gente pudesse fazer um coletivo

970 muito forte de controle social, não é? Então, a gente sabe da existência, eu participei,
971 por diversas vezes, reunião com a Solange, então, assim, eu sei da resistência enquanto
972 fórum de trabalhadores, e a gente atua junto. Então, é só uma distinção, está, Luizão?
973 Dizer que o FEAS não entende diferente, eu não reconheço. **LUIZÃO - ARMI -**
974 **Conselheiro titular:** Eu entendi, porque se a secretaria executiva tem condições de
975 fazer isso, para que passar por nós aqui? A secretaria executiva teria falado que
976 reconhece, só colocaria em votação aqui, não é isso? Ele já falou que já encaminhou
977 para lá e já está há meses, nove meses, não é, Isac? Está lá, não é? Então são
978 situações diferentes. Agora, se você traz para a mesa e pontua aqui são situações,
979 propostas diferentes, então assim, se a mesa diretora, a secretaria executiva tem
980 conhecimento é só encaminhar o documento, só isso. **LEON - FMLDU do SUAS -**
981 **Conselheiro Suplente:** Bom, eu e o Isac nós estivemos em alguns eventos,
982 principalmente na conferência estadual a respeito do fórum, entendeu? Mas de imediato
983 quando surgiu esse assunto, que até dentro do grupo eu parei de (...) A mesa diretiva
984 pedia essa declaração, por que a existência, todo mundo aqui sabe que o fórum existe
985 e a atuação do fórum? Eu entendo a posição do Luizão, assim, acredito que alguns
986 outros conselheiros, e acredito que nós estamos acabando esticando muito um algo,
987 entendeu? Que já pode ser resolvido, o CNAS pode providenciar essa atuação do
988 fórum? Então pronto, vamos lá, vamos pedir a atuação, o resgate da secretaria
989 executiva da ação do fórum dentro do conselho, entendeu? Quando eu digo tanto o
990 conselho, a conferência e tudo mais, porque isso é um respaldo da existência onde
991 todos os conselheiros têm ali o entendimento da existência do fórum nacional. Isso eu
992 falo porque, diretamente ou indiretamente, isso acaba atingindo eu, enquanto
993 presidente, do FML do SUAS lá de Uberaba. Então mas, eu acredito, não só o Isac, mas
994 também eu, eu quero essa declaração da existência e também da atuação do fórum.
995 Mas para isso eu acredito que seja de algo totalmente formal e todos devem estar
996 cientes da existência e atuação do fórum. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Carol. Isac.
997 É porque a Carol só quer esclarecer. Vai, Carol, esclarece aí. **ANA CAROLINA -**
998 **Secretária executiva:** O primeiro e-mail que nós recebemos do fórum foi a solicitação
999 desta mesma declaração. Não foi mandado nenhum relatório de atividade, foi apenas a
1000 declaração. Nós enviamos também para a mesa diretora o e-mail para a mesa diretora
1001 sobre, com essa declaração e o pedido do Isac e depois da Aldenora e aí houve
1002 resposta, há duas respostas dos membros da mesa diretora e segue isso. Desde o dia
1003 14 de dezembro foi enviado para o e-mail do CEAS apenas essa declaração. Não, 14
1004 de dezembro tinha?. Um minutinho. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Está no dia 14
1005 de dezembro foi encaminhado o e-mail pela Aldenora com anexo da declaração de

reconhecimento. **ANA CAROLINA - Secretária executiva:** Sim, mas assim, a gente enviou dia 14. É esse que a gente enviou. A gente recebeu. O e-mail recebido foi dia 14, claro, o Fórum Nacional dos Usuários do SUAS estará concorrendo no processo eleitoral do Conselho Nacional de Assistência Social para cumprir os critérios da resolução CNAS/MDS, CNAS/MDS, que dispõe sobre o processo eleitoral. O segmento de representação, aí explica cada segmento, a declaração deve ser no papel timbrado do CEAS, apenas isso e a declaração que foi enviada foi essa. Aí imediatamente o e-mail foi enviado para a mesa diretora. **SIMONE - FLORES DE RESISTÊNCIA - 1ª Secretária:** Não tem o e-mail de resposta do CEAS? Abre ele, por favor, faça a leitura. **MARCELO - OAB - Vice presidente:** Gente, vocês me permitem? Gente, eu acho que nós, se me permitem, Isac, se você me permite, você que fez a solicitação de demanda, é, você fez a solicitação de demanda, não é? Esse encaminhamento que está sendo colocado para que nós possamos colocar em votação de aprovarmos o encaminhamento do documento mediante a apresentação do relatório e que este relatório seja encaminhado para todos os conselheiros, para os conselheiros tomarem conhecimento, se estiver de acordo eu acho que a gente pode caminhar porque a nossa pauta é grande e acho que nós estamos nos apegando a pequenas coisas que talvez não vá para frente. **SANDRA - SINTIBREF - Conselheira Suplente:** Então, gente, mas só levando em consideração o seguinte, aprovar os conselheiros como é que a gente vai aprovar no próximo pleno? É até o dia 09 o envio da documentação toda do processo eleitoral. Então aquela primeira proposta de aprovar com a ressalva para mim é a mais tranquila visto que inclusive o relatório de atividade já vai ser exigido lá no processo, nós vamos participar do processo eleitoral, é um dos itens, é relatório das atividades, a gente tem que escrever tudo em dois anos, não é? Então com certeza o fórum, acho que pode aprovar a correção para parar a polêmica. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Então só para a gente fechar a proposta e o encaminhamento aqui. A gente aprova a declaração com a ressalva de que o fórum encaminha essa documentação que comprova esse funcionamento para o conselho. **ISAC - CCQAMRD - Conselheiro titular:** Eu vou nesse sentido que a Sandra está falando, gente, o fórum ele vai estar participando do processo eleitoral, tem uma comissão que vai avaliar. Na exigência da comissão eleitoral, assim como tinha na comissão eleitoral do conselho estadual para quem queria participar, para a comissão é que as organizações que vão se candidatar apresentam o relatório de atividades. O relatório de atividades é apresentado para a comissão e aí a comissão eleitoral que é lá no conselho estadual avalia. Eu entendo, entendo de coração assim, a preocupação de vocês que eu estou entendendo que vocês estão preocupados em dizer que existe um fórum que não existe, eu estou

entendendo que é essa a preocupação de vocês. Então, assim, não, não, só pela, isso pelas perguntas que vocês estão fazendo, eu estou entendendo que vocês estão questionando é a existência e atuação do fórum, é isso que vocês estão, exatamente. E aí o fórum ele atua no conselho nacional, atua nos diversos estados como atuou em Minas Gerais na conferência. E aí, olha, pessoal, se eu puder concluir, se eu puder concluir, eu vou solicitar ao fórum que envie para vocês a carta de, documento de criação do fórum para vocês, de repente aí o ato de eleição. Mas eu entendo que não temos condições de aguardar para a próxima plenária para que isso seja aprovado, acho que a gente, por isso eu vou solicitar o encaminhamento. E aí entendo também que a secretaria executiva pode resgatar os momentos em que esse fórum participou aqui de parceria com esse conselho estadual e solicito que faça isso. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Mariana. **MARIANA - SEDESE - Convidada:** É, para concluir, só, gente, que a declaração, ela tem um texto padrão do CNAS. Existe uma resolução CNAS 99 que diz o quê que é o fórum de usuário, e nesta declaração está falando que ele tem que funcionar de acordo com as finalidades. O que está sendo dito aqui, Isac, é somente para apresentar isso tudo que tem para comprovar aqui, mais nada. Ninguém está discutindo, questionando o funcionamento, da mesma forma que o conselho nacional exige documentação, o CEAS está pedindo para cumprir a mesma resolução, só isso, é para resguardar o conselho. Acho que é só tentando contribuir, tá, gente? Desculpa. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Só para a gente ou se a gente tem um consenso nessa proposta de aprovação com a ressalva do envio dos documentos e aí, Isac, só para ressaltar, como o fórum vai fazer o envio desses documentos para o conselho nacional o fórum pode fazer o envio para o conselho estadual, então, eu não vejo dificuldade nesse sentido, é só antecipar o envio desse documento para nós. E aí para entender se o Luizão ainda mantém a proposta dele ou se ele retira a proposta. **LUIZÃO - ARMI - Conselheiro titular:** É isso aí que nós queremos, está tranquilo. A gente vota com essa ressalva e encaminha para fazer a comprovação, não vai encaminhar mesmo, está tudo certo. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Então, a proposta é aprovar com a ressalva de que o fórum envie ao CEAS a documentação que está constituída, inclusive, mencionada ali na declaração dentro do prazo. Então, pela aprovação. Pela desaprovação. E pelas abstenções. Bom, então aprovado por unanimidade. Então, a próxima pauta é a apresentação do demonstrativo financeiro do seus.... Perdão, gente, agora a próxima pauta é o calendário. Então a secretaria executiva trouxe a proposta já de dois calendários, tem duas sugestões. Na última, e aí já para justificar porquê que essa plenária está acontecendo na quinta, porque na última plenária do conselho do mandato anterior foi proposto que acontecesse quarta e quinta

e aí acho que se alguns trabalhadores quiserem mencionar acho que na defesa de que alguns trabalhadores que vinham de longe tinham que viajar no final de semana. Então, a gente tem duas propostas, uma de que mantém na quarta e na quinta-feira e a outra que mantém com a data desta plenária e a outra que é retomar como eram executadas as plenárias anteriores, quinta ou sexta-feira. **SIMONE - FLORES DE RESISTÊNCIA - 1ª Secretária:** Vamos lá, primeiro, foi proposto que seria na quarta e na quinta entendendo que alguns conselheiros que moram fora estavam retornando para casa no sábado e aí naquele mesmo dia a gente disse da dificuldade da participação, e aí eu estou com vários pensamentos. Primeiro eu vou propor para os meus pares que eu tenho total dificuldade de estar aqui nas quartas-feiras, estou de férias por isso eu consegui vir ontem. Segundo ponto, não foi concordância de todos, não é? Isso foi votado então assim, vamos deixar bem claro isso e o terceiro ponto, a gente tem que pensar na compreensão de outras pessoas, lembrando que a maioria dos conselheiros aqui são gestores, são conselheiros que atuam em outras instâncias também. E aí também eu começar a fazer uma crítica que eu fiquei pensando, principalmente nos gestores, que hora que ele vai trabalhar? Se ele ficar, sair do município dele tipo na terça, quarta, quinta, na sexta ele está voltando. É uma semana? Então a gente tem que avaliar isso também, eu acho que é uma proposta bem pertinente para quem tenha condições, mas a gente tem que pensar também como é que funciona lá fora, não adianta eu também cobrir aqui o CEAS. E os municípios? Que hora que essa gestão, que hora que esses trabalhadores vão estar na ponta executando o trabalho deles? Então, eu fiquei muito preocupada com isso. E aí a minha proposta também é de manter, e estou pedindo aos meus pares e todo o coletivo aqui, que a gente continue na quinta-feira e na sexta-feira entendendo a participação, então eu não vejo prejuízo. Então assim, fiquei dois anos nesse conselho e não vi prejuízo sendo na quinta ou na sexta-feira. Compreendo os meus pares que têm dificuldade para chegar, mas eles têm a garantia de estar chegando com qualidade e se não está também vai puxar a orelha da Mariana de uma vez aqui. Mas eu gostaria que vocês me ajudassem e aprovassem, mantivessem na quinta-feira ou na sexta-feira para que a gente não tenha desfalque, principalmente falando como usuária, não gostaria de estar faltando desse conselho por causa da não compreensão de agenda. Obrigada. **MARCELO - OAB - Vice presidente:** Bom, gente, talvez pode ter acontecido, Simone, de você ter saído na hora que a gente fechou uma questão lá. Na reunião da sociedade civil, no final, se todos lembram, nós fechamos questão de que as reuniões fossem nas quintas e nas sextas feiras diante de um entendimento da maioria que foi até unânime nesse debate. Então a gente comunga com o seu entendimento, Simone. **NELSON - SEDESE - Presidente:** A gente tem

1114 alguma ressalva no sentido contrário do que foi proposto pela Simone e pelo Marcelo?
1115 Então a gente pode aprovar a sugestão dois que é a terceira semana do mês às quintas
1116 e sextas-feiras? Então pela aprovação. Então aprovado por unanimidade. Então a
1117 próxima pauta é a apresentação do demonstrativo financeiro do SUAS Web. Então vou
1118 chamar a Roberta que vai fazer a apresentação. Roberta é a superintendente do FEAS.
1119 Bom, então a Roberta vai, pessoal, pedir para os conselheiros tomarem seus lugares. A
1120 Roberta, que é a superintendente do FEAS, vai fazer a apresentação da pauta que é
1121 demonstrativo físico financeiro de 2022. **ROBERTA - SEDESE - Convidada:** Boa tarde
1122 a todos. Eu sou Roberta, Superintendente de Gestão do Fundo Estadual de Assistência
1123 Social. Eu vou apresentar para vocês, nós já encaminhamos para vocês esses
1124 demonstrativos, o que está preenchido no sistema em relação a esses demonstrativos,
1125 o quê que é essa pauta, gente? Nós recebemos recursos do Fundo Nacional de
1126 Assistência Social e anualmente a gente precisa prestar contas da utilização desses
1127 recursos, dos gastos e essa prestação de contas ela é feita de forma muito sintética no
1128 sistema do governo federal. Durante o ano, durante os trimestres a gente presta contas
1129 para o conselho, trimestralmente, a gente envia relatórios trimestrais para o conselho
1130 que vai ser avaliado por vocês. E assim, então, o conselho já vai acompanhando durante
1131 o ano a execução dos recursos financeiros. Nesse momento, só que para o Governo
1132 Federal a gente precisa preencher no sistema as informações de utilização do recurso,
1133 conforme os critérios que eles estabelecem lá de cada um dos recursos e nós também,
1134 estão conseguindo acompanhar? Nós prestamos contas, trimestralmente. Só que
1135 assim, nós precisamos preencher o sistema e o conselho precisa dar seu parecer dentro
1136 do sistema, tá? Nós conseguimos fazer o preenchimento, mas não conseguimos
1137 finalizar esse demonstrativo no sistema porque a gente estava sem as indicações do
1138 conselho lá, sem a composição do conselho, presidente, mesa diretora, etc. Então, a
1139 partir de hoje que isso já está saneado, a gente já vai conseguir finalizar. Só que as
1140 informações que estão preenchidas nos sistemas nós já reportamos para vocês aqui
1141 por meio do PDF para viabilizar essa análise aqui por vocês, tá? Essas informações, o
1142 que a gente está prestando contas aqui é desse recurso da utilização de recursos de
1143 2022, tá? Os recursos utilizados, recebidos e utilizados do ano de 2022. Aqui, gente,
1144 nessa primeira página aqui, nessa primeira tela, a gente informa aqui que a gente
1145 preencheu essas informações a partir dos dados do sistema de administração financeira
1146 do estado de Minas Gerais, que é SIAP MG, vocês vão ouvir muito falar esse termo aqui
1147 durante o ano, os conselheiros que são novos ou que não estão familiarizados, que não
1148 são do Estado. E, então, em conformidade também com essas prestações de contas
1149 que foram aprovadas, são as informações que estão dispostas de forma diferente, claro,

1150 mas o conteúdo da utilização dos recursos é o mesmo. Então, aqui tem a referência das
1151 resoluções que aprovam as prestações de contas em cada um dos trimestres. E aí,
1152 gente, o quê que nós vamos falar aqui são dos demonstrativos preenchidos pela gestão
1153 e encaminhados ao CEAS. São três demonstrativos diferentes, tem o demonstrativo
1154 físico e financeiro de serviços e programas. Nós já encaminhamos para vocês os três
1155 documentos, que eu acho que todos os conselheiros receberam. O demonstrativo
1156 financeiro do IGD, bolsa IGD do IGDPBF. E também isso a título financeiro do IGB
1157 SUAS. Pode passar por favor. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Roberta, só tem os
1158 demonstrativos impressos aqui e aí se alguém quiser o demonstrativo impresso, a
1159 secretaria executiva vai distribuir. Não tem para todo mundo, mas aí se puder sentar os
1160 pares e compartilhar o documento. **ROBERTA - SEDESE- Convidada:** Nós
1161 consolidamos aqui as informações nos slides para que vocês tenham clareza. Todos
1162 receberam por e-mail, gente, esse material que está impresso aqui, tá? Ah, tá, nesse
1163 papel aí tem o parecer também. Então, gente, em relação ao que nós da gestão
1164 preenchemos no sistema, nós informamos em cada um dos recursos recebidos o saldo
1165 em conta em 31 de dezembro do ano anterior, não é? Que é em 31 de dezembro de
1166 2021. Rendimentos, os recebimentos do ano, rendimentos de aplicação, o total de
1167 receita e aí os gastos que a gente teve no ano, tá? Então, aqui nós temos o bloco da
1168 proteção social especial. Têm aí os dados, aí, gente, eu não sei se vocês querem que
1169 eu leia valor por valor ou se isso seria desnecessário, eu acho que a gente poderia falar
1170 o saldo do anterior e o final, pode ser? Então tá, o saldo em conta em 31 de dezembro
1171 era 1 milhão 465 mil 931 reais e 82 centavos e ao final nós tivemos 1 milhão 898 mil
1172 267,45 de despesas, finalizando com o saldo de 618 mil 741 reais e 92 centavos. Da
1173 ação do Covid no SUAS para acolhimento a gente tinham três recursos que eram, eles
1174 são, eles sempre andam juntinhos, não é? Que chama eles de CODAC, COBELE e
1175 CORDALE que são essas ações do Covid para colhimento, para EPI e para alimento.
1176 Então nós tínhamos um saldo em conta em 31 de dezembro de 502 reais e 41 centavos,
1177 nós com o rendimento de aplicação finalizamos com 573 reais e 61 centavos. Nesse
1178 ano aí a gente ficou o ano todo esperando orientação para a utilização desse recurso,
1179 não é? Se a gente poderia usar esse saldinho ou não. O COVIDEP também a gente
1180 tinha 769 reais e 41 centavos, finalizamos com 847 reais e 56 centavos. O COVIDALE
1181 1.155 reais e 95 centavos e finalizamos com 1.273 reais e 37 centavos. A estruturação
1182 da rede sócio-assistencial da proteção social especial nós tínhamos um saldo em conta
1183 que era uma emenda parlamentar que tinha finalizado sua, claro. **MARCELO - OAB -**
1184 **Vice presidente:** É porque não foi combinado como seria, se a gente vai falar no final,
1185 se vai falar depois. Talvez o ideal seria falar agora porque a gente vê que alguns saldos,

1186 por exemplo, do bloco da proteção básica foi mil quinhentos e pouco e com o rendimento
1187 houve um gasto de mil e oitocentos, sobrou seiscentos mil. Eu não sei se você teria
1188 condições, possível informar a motivação do porquê sobrou. De cada um desses que
1189 for falando aí. **ROBERTA:** Ah, sim, sim. Essa, vou falando algumas, não é? Assim, quem
1190 tiver condições aqui aí eu peço também para o pessoal ir complementando, tá? Em
1191 relação à proteção social especial, esse é um recurso que ele é um recurso continuado.
1192 A gente, nesse ano, a gente tinha, estava ainda trabalhando com o final dos saldos de
1193 recursos dos anos anteriores. Então, assim, a gente vai ver, mais para frente, os
1194 serviços que a gente estava com o saldo grande, que a gente estava planejando para
1195 organizar essa execução. Nós tivemos uma, nós tínhamos ao todo, assim, nós já
1196 tínhamos um saldo em conta de 1 milhão 465 mil, foi muito decorrente também de um
1197 recurso adicional que veio do Covid no ano de 2021, sabe? Então, nós planejamos a
1198 execução do ano de 2021 e de 2022 utilizando esses saldos ainda. Então, nós gastamos
1199 um total de despesas de acordo com o nosso planejamento, com a organização interna
1200 deste bloco foi 1 milhão 868, então a gente não executou o total porque realmente a
1201 gente tinha recebido um recurso adicional. Tem uma parte aqui que, inclusive, é de um
1202 termo de aceite da alta complexidade que vieram parcelas adicionais que a gente ainda
1203 não, não foi implementado, então, esse saldo parte disso. É para essa implementação
1204 específica, sabe? Ficou para esse objetivo específico. E, normalmente, a gente também,
1205 mesmo quando, igual agora, vocês vão ver em 2023, a gente está com uma execução
1206 muito mais apertadinha, os saldos são menores e na hora que a gente está finalizando
1207 o saldo a gente, necessariamente, precisa deixar uma sobrinha para a gente executar
1208 os primeiros meses do ano subsequente, porque senão a gente nem executa, sabe?
1209 Porque a gente precisa rodar. Então, isso que é decorrente também desse dinheiro
1210 adicional que veio no ano de 2021, ainda do Covid, eu acho que os municípios todos
1211 também, não é, gente? Quem é de administração de município aqui também vivenciou
1212 esses saldos adicionais para a utilização e também dessa questão da gente precisar de
1213 deixar uma sobra para a gente conseguir rodar o início do ano subsequente, tá? Os
1214 outros você vai ver que, porque assim, esse aqui é um serviço, é um recurso continuado,
1215 tá? O bloco de proteção social especial. Esses outros recursos já tem uma sobrinha
1216 menorzinha, você está vendo? Que são recursos que a gente teve uma orientação que
1217 era para utilizar só até 2021, a gente utilizou tudo que era possível. Em 2022 a gente
1218 utilizou, a gente ficou aguardando orientações para utilização desses três outros
1219 recursos aqui e só no finalzinho de 2022 que veio uma orientação, nosso saldo é bem
1220 pequenininho, está vendo? Porque a gente já tinha gastado o grosso disso, mas não é
1221 a realidade de muitos municípios, muitos municípios tinham, estados ainda também,

mas, especialmente aqui em Minas Gerais que a gente acompanha mais de perto, tinha muito município com o saldo muito grande, não é? Então, foi muito importante essa autorização para, por mais que para a gente fizesse uma diferença pequena, mas a autorização que o governo federal deu para reprogramar esse recurso, fez muita diferença para especialmente para vários municípios mineiros, não é? E aí só veio em 2022, a gente utiliza o saldinho aqui no final de 2023, tá? Por enquanto, aí vocês podem ir perguntando, claro. **LETICIA - CMAS de Coronel Fabriciano - Conselheira titular:** Roberta, eu acho que seria importante, principalmente para os novos conselheiros para que a gente compreenda a execução orçamentária do Estado talvez uma breve explicação do quê que, por exemplo, manutenção CREAS, é CREAS regional? Repasse, entidade, acolhimento, qual que é? É casa lar? Só para que a gente compreenda. **ROBERTA - SEDESE- Convidada:** Ótimo. O quê que mais ou menos a gente, qual que é o grosso do nosso gasto, não é, Leticia? Ótimo. Gente, aqui eu até coloquei aqui, olha, eu tentei já colocar uma colinha aqui no custeio, a manutenção desses CREAS são os nossos CREAS regionais e nós temos quatro CREAS regionais que são custeados e executados diretamente pelo Estado. E repasses fundo a fundo, repasse aqui é fundo a fundo porque a gente também faz repasses para municípios, têm termos de aceites em que o governo federal faz o repasse para a gente, a gente repassa para o município, têm vinte e quatro CREAS municipais aqui que nós repassamos 5 mil reais do Governo Federal e complementamos com 3 mil reais do estado, tá? São oito mil, que vinte e quatro deles têm essa composição, Governo Federal e Estado, não é? Tem também, gente, nessa pactuação o recurso do bloco da proteção social especial ele pode ser usado dentro daquela, desde que a gente mantenha as pactuações que originaram, que originaram aquele repasse em pleno funcionamento, a gente pode utilizar ali dentro de qualquer ação do bloco. O nosso maior gasto, o nosso gasto mais consistente é o quê? São esses cofinanciamentos e a manutenção dos CREAS, desses CREAS regionais. E grande parte e temos também aqui essa parceria do acolhimento é porque a gente tem um aceite também para recebimento da alta complexidade em que nós temos três parcerias que são a, no programa Casa Lar, que a gente chama aqui comumente de Programa Casa Lar, mas são parcerias para acolhimento de pessoas com deficiências que estavam anteriormente na extinta FEBEM. Então, a gente tem um termo de colaboração com entidades que acolhem essas pessoas com deficiência. E essa, a gente tem um termo de aceite com o Governo Federal que possibilita o pagamento de parte dessas entidades, então a gente utilizou 300 mil 288 reais para pagar entidades dessas que fazem parte deste termo de aceite também, tá? Então o grosso da despesa é ok, gente,

mas a maior parte é mesmo a manutenção dos CREAS, esses cofinanciamentos e essa parceria. Em resumo, um resumo mesmo é isso aí que a gente gasta com esse recurso da proteção social especial. Nas ações do Covid, esse ano aqui a gente não teve execução, foi o saldo, a gente só teve rendimento de aplicação, mas inclusive tem autorização para a gente, o quê que a gente até deixou pertinho aqui do bloco da proteção social especial, tem autorização para reprogramar, assim de acordo com as execuções do bloco, desses blocos, do bloco de proteção social especial ou básica, no caso do estado a gente não tem execução direta de básica. E aí, então, está pertinho aqui a gente não gastou, a gente poderia ter utilizado também para as mesmas após a autorização da reprogramação a gente poderia ter utilizado também para as finalidades que estão previstas aqui no bloco da proteção social especial. Mas esse ano a gente só está falando de rendimento de aplicação mesmo porque a autorização foi nos 47 do segundo tempo já, em 2022. Pode passar para a próxima. Estruturação da rede sócio-assistencial da proteção social especial, investimento. Isso aqui, gente, foi uma emenda parlamentar que tinha vigência até 31 de dezembro de 2021, e aí o saldo que o restante desse recurso que ficou em conta, que não foi executado, ele foi devolvido ao Governo Federal conforme as normativas do Governo Federal. Então, a gente está aqui relatando a devolução desse recurso, assim, conforme orientação, a gente recebeu a orientação do Governo Federal para realização da devolução do saldo e realizamos via grupo, tá? Totalizando zero reais no final. Nós tínhamos o saldo em conta de 263 mil 269 reais e 70 centavos, tivemos rendimento de aplicação. Nós utilizamos recurso, gente, com a capacitação para pagamento da instituição de ensino contratada para capacitação à distância. Teve um curso específico para, relacionado a esse trabalho em que a gente custeou essa despesa. **GRAZIELE - PSIND- Conselheira titular:** Faz a memória para a gente, claro que a gente está precisando de uma, de contas que já foram aprovadas pelo conselho da gestão passada, de 2022, mas faz um resgate, por favor, por que esse valor foi, a emenda, por que esse valor foi devolvido, porque eu não estou conseguindo lembrar. **ROBERTA - SEDESE- Convidada:** Essa emenda, Grazi, ela era de 2017, ela é uma emenda muito antiga e a gente fez os processos de compra, estava no meio da pandemia, sabe? Estava naquele processo de pandemia, tinha muitos, por exemplo, tinha carro, tinha muitos equipamentos permanentes e que a gente não conseguia fazer compra na época, sabe? O preço estava uma loucura, dos carros, aumentando, quando mandamos um novo planejamento de valores para o governo federal, mas mesmo quando a gente fez com esses novos valores a licitação, as licitações eram muitas licitações, eram desertas, sabe? Então, a gente teve um número de, assim, de nossa dificuldade estava muito grande na época da pandemia para fazer,

1294 carro, por exemplo, eles estavam pedindo seis meses para fazer entrega de carro,
1295 estava com muita dificuldade de insumo, eu acho, a indústria, sabe? Então a gente teve
1296 muita dificuldade para fazer os processos de compra. Os processos de compra deram
1297 desertos e a gente não conseguiu concretizar tudo. Fizemos os processos, o que a
1298 gente conseguiu, o que deu, o que teve sucesso a gente pagou, mas teve muita coisa
1299 que a gente não conseguiu executar em tempo hábil. Porque a gente também teve um
1300 trâmite aqui dentro, não é? A gente passou por aqui, precisou submeter ao Governo
1301 Federal uma nova planilha de gastos, uma nova programação, sabe? E esse trâmite
1302 todo de autorização do Governo Federal foi muito, foi demorado, a gente só conseguiu
1303 retorno tipo em novembro e a gente tinha só até 31 de dezembro para executar, sabe?
1304 Então, a gente teve, a gente conseguiu fazer os processos, mas mesmo assim a gente
1305 teve muito processo que foi deserto. Esse valor foi devolvido em 2022? **ROBERTA -**
1306 **SEDESE- Convidada:** Foi em 2022. Aí assim, finalizando, a gente já faz a devolução.
1307 Mas foi muito em decorrência desse contexto mesmo da pandemia. Isso. O Cris está
1308 chamando a atenção aqui que a gente tentou, gente, perante o Governo Federal uma
1309 prorrogação desse prazo, sabe, assim? Estender esse prazo para a gente poder
1310 executar esse recurso. Só que a gente não teve essa autorização, tá? Nós insistimos,
1311 pedimos várias, formalizamos isso, mas a gente não teve sucesso nessa prorrogação
1312 do prazo. É isso, não é, Cris? Isso. Fizemos isso em 2021, depois da vigência também
1313 reiteramos, mas aí não teve jeito, tá? Então SIGTV, gente, desculpa, isso, essa outra
1314 aqui, olha, SIGTV estruturação de investimento e emenda é outra emenda, essa aqui a
1315 gente recebeu no final de 2022, aquela primeira emenda ali a gente, era uma emenda
1316 do deputado Patrus Ananias e essa segunda emenda aqui, essa que está escrito SIGTV
1317 lá em cima, é uma emenda do Padre João. Essa emenda é uma emenda muito antiga
1318 também, de 2019, ela chegou, o recurso caiu na nossa conta em 2022, no final de 2022,
1319 os itens que estavam planejados eles já não eram mais exequíveis, nós fizemos, isso
1320 passou pelo CEAS aqui, tá, gente? Assim, eu estou contando a nossa história
1321 especialmente para os novos conselheiros porque os que estão aqui há mais tempo
1322 acho que vocês lembram, não é? Essa emenda do Padre João nós fizemos, chamamos
1323 a assessoria do deputado para conversar, falar: “Olha, tinha recurso lá de carro para
1324 quarenta mil para comprar carro com sete lugares” sabe? Então era inexecutável, não é?
1325 Então a gente refez, fez uma nova proposta de pactuação de um novo plano de trabalho
1326 junto com o ok lá também do parlamentar, para a gente não ter problema. Antes tinham
1327 cinco entidades sócia assistenciais contempladas, alterou-se o plano de trabalho para
1328 contemplar três entidades sócio assistenciais com dois carros, veículos comuns de cinco
1329 lugares e um veículo de sete lugares. Após isso nós passamos aqui no CEAS,

1330 aprovamos no CEAS, encaminhamos para o Governo Federal este pedido de
1331 autorização dessa emenda. Como está lá? A gente ainda está sem o retorno do Governo
1332 Federal, entramos em contato com o Fundo Nacional e estamos aguardando o retorno
1333 do Governo, eles falaram que já estão, em caso de elaboração de parecer, mas a gente
1334 está aguardando esse retorno lá do SMAS porque a gente quer já executar esse recurso
1335 tão logo quanto precisa agora em 2024. Porque vai passar um tempo a coisa vai
1336 inflacionando e já não dá mais para comprar os três carros. Então, quanto mais rápido
1337 a gente fizer, melhor. Então ,começa tudo de novo, não é? E vocês estão vendo, gente,
1338 não é rápido, é tudo muito demorado. A gente já passou aqui tem muito tempo no
1339 conselho essa autorização, então a gente está, esse recurso aqui nós temos dois anos
1340 para executar, tá? Então nós precisamos executar agora até o final deste ano, não é?
1341 De 2024. Então a gente já quer, tão logo possível, começar essa execução rapidinho
1342 assim, mas essa aqui está falando muito mais desse recebimento de recurso e do
1343 rendimento de aplicação, tá? E já estou contando para vocês aqui que vai ter essa
1344 demanda e essa execução durante o ano de 2023. O outro é o programa nacional de
1345 capacitação do SUAS, o Capacita SUAS, o saldo em conta em 31 de dezembro de 2021
1346 era 182 mil e 300 reais. Nós tivemos rendimento de aplicação. E o custeio foi com
1347 capacitação também, tá, gente? Foi com o pagamento dessa instituição de ensino que
1348 foi contratada para o fornecimento. Eram nove cursos de EAD que foram ofertados e
1349 finalizou agora. O último finalizou agora no finalzinho de 2022, que foi de calamidade,
1350 mas isso aí para custeio dessas capacitações. Então, gente, sobrou ainda, aí sobrou
1351 um real e quarenta e um centavos de aplicação na conta. A gente está um sofrimento
1352 para zerar essas contas, então sobrou esse restinho aqui, tá? Que a gente conseguiu
1353 gastar em 2023, meninas? Enfim, conseguimos gastar o saldinho em 2023 com diária
1354 de capacitação para a gente zerar no próximo ano, tá? Para a gente não ter mais que
1355 prestar conta desse recurso até receber dinheiro novo, não é? Próximo. BPC na escola
1356 também, gente, olha, 2.243 reais. Nós também tivemos rendimento de aplicação,
1357 quando nós gastamos ainda sobrou um saldinho que foi de rendimento de aplicação
1358 que apareceu depois também, tá? Então foi gasto com, foram viagens, foram despesas
1359 com viagens as seis estratégicas, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, AIPET,
1360 o saldo em conta em 31 de dezembro de 2021, 231 mil 524 reais e 81 centavos. Teve
1361 rendimento de aplicação, nós não tivemos despesa em 2022 que a gente tinha
1362 planejado para 2023 utilizar o recurso com custo do AIPET, o custo do AIPET não foi
1363 realizado em 2022, estava previsto para, o custo do AIPET estava nessa mesma lógica
1364 da capacitação para 2023. E nós também solicitamos a contratação de prestador de
1365 serviço para apoiar o suporte, para apoio técnico, não é? Para medidas sócio-educativas

1366 também, não é, Cris? Para o AIPET nos CREAS regionais, não é? E também no Estado
1367 em geral. A gente demorou para ter essa autorização para contratação também dessa
1368 prestação de serviços, não é? Mas a gente conseguiu, a pessoa já está lá hoje, mas a
1369 gente custou, não é? Aí em 2023 já vai ser outra questão, a gente já teve essa conta
1370 bloqueada no finalzinho, gente, bloqueio judicial e tudo, mas já solicitamos a liberação.
1371 Foram aquelas ações judiciais que vêm para medicamento e sai bloqueando todas as
1372 contas do Estado. Mas esse ano não foi por causa disso, é porque a gente demorou a
1373 conseguir a autorização para utilização e a capacitação que estava planejada para a
1374 utilização desse recurso já estava planejada para, foi contemplada em 2023, tá? Então
1375 é. Aí, gente, no tipo de serviços e programas, a gente tem aqui, está falhando, tá, gente?
1376 Eu não vou poder olhar para o telão porque eu não posso mexer. É porque senão fica
1377 mudo e aí não consegue gravar para, é. Gente, aqui é a execução, aí deu certo, isso.
1378 Aí aqui esse slide aqui traz a execução física que a gente tem que colocar a quantidade
1379 que estava pactuada e executava em cada um dos serviços. Aí gente, se vocês tiverem
1380 dúvida nessa parte eu vou pedir às áreas técnicas, como disse, para esclarecer para
1381 vocês. Que aí o prazo que é a execução dos serviços de média complexidade, alta
1382 complexidade, e dos programas e projetos do programa Criança Feliz e ACSUAS
1383 Trabalho. A gente não teve recursos do Criança Feliz porque não tinha pactuação.
1384 Gente, pode passar, gente? Tem alguma dúvida em relação a isso? **MARCELO - OAB**
1385 **- Vice presidente:** Tem como voltar no anterior? Eu estou vendo assim por ser metade
1386 o Estado, esses números não estão muito poucos não? Não estão muito pequenos,
1387 não? Eu digo isso porque eu sou presidente do Conselho Municipal de Congonhas e
1388 nós trabalhamos também na aprovação desse demonstrativo há uns quinze dias atrás.
1389 E os números estão muito próximos do município de Congonhas, eu não sei porque que
1390 essas metas são tão pequenas, que o Governo Federal manda, não é? Como meta para
1391 o estado, tão pequena em relação ao do município. **NELSON - SEDESE - Presidente:**
1392 Roberta. Pode falar com relação aos programas que são da proteção social básica. Ali
1393 a gente tem desde o Programa Criança Feliz e o ACESSUAS Trabalho, o ACESSUAS
1394 trabalho, o número 181 se refere ao número de municípios com adesão ao Programa
1395 ACESSUAS Trabalho. Então a meta do Estado não é de atendimento de pessoas, mas
1396 de municípios, então são 181 municípios que fizeram adesão. Essa adesão ela teve o
1397 processo aberto num dado momento para municípios específicos, então são os
1398 municípios que fizeram a adesão. E, no caso do Criança Feliz, ali é número de
1399 atendimento de pessoas, mas o Estado não tem adesão ao Programa Criança Feliz,
1400 acho que esse conselho acho que conhece também, essa é uma pauta que foi discutida
1401 aqui no conselho, então o Estado de Minas não fez a adesão ao Programa Criança Feliz.

Cristiano. **CRISTIANO:** Boa tarde. Eu me apresentei lá de manhã, eu respondo pela Superintendência de Proteção Social Especial lá na SEDESE, na sub-secretaria de assistência. Essas notas aqui e essas execuções elas se relacionam a aquele cofinanciamento que o estado recebe do Governo Federal para os serviços que o Estado executa ou co-financia para os municípios. Então, no caso das medidas socioeducativas, o Estado recebe um cofinanciamento federal de 2.200 reais para cada CREAS regional e a gente tem quatro CREAS regionais, isso dá 8.800, a conta. Enfim, é um recurso que o estado recebe para executar os CREAS regionais que são unidades de referência da média complexidade que o estado executa, são quatro CREAS regionais. E, no caso dos quatro CREAS regionais, a gente atende 18 municípios, ao todo que são municípios de pequeno porte. Sobre os CREAS regionais acho que esse ano a gente vai falar muito deles aqui, porque normalmente a gente sempre fala muito da especial, também porque causa desses cofinanciamentos que a gente recebe. Então, no caso do Estado, todos esses municípios que a gente atende são municípios de pequeno porte. Então, assim, a meta física, ela é determinada de acordo com esse cofinanciamento que o Estado fez e de acordo com a capacidade instalada de cada CREAS regional. Cada CREAS regional, a título de exemplo, porque o senhor fez essa comparação com Congonhas, Congonhas eu acho que é um município de médio porte, se não me engano, ou é porte 2? Por 2, não é? O Estado, o CREAS regional estadual ele corresponde a um CREAS de um município de médio porte e grande porte, então a quantidade de casos atendidos é, em média, a capacidade instaladas deve ser em média de 80 casos. No caso ali de crianças e adolescentes, que é esse serviço, até melhor, Serviço de Proteção PAEF modelo 2, isso também a gente vai ter oportunidade de conversar bastante esse ano, até para vocês entenderem também, isso tem a ver com o aceite que o estado fez em 2014 de um recurso federal no âmbito da regionalização dos serviços da proteção especial de média complexidade. Na época, o Estado fez aceite para o modelo um e para o modelo 2, o modelo 1 é o CREAS regional, que eu sou esse exemplo aqui, e o modelo dois são CREAS Municipais Cofinanciados. Como esse demonstrativo ele se relaciona a 2022, ele ainda está com as metas lá de 2022 porque a gente alterou. Na verdade, em 2022 a gente alterou as metas de implantação que vão aparecer, provavelmente, no demonstrativo de 2023. Então, aqui ainda a gente tem os municípios que a gente co-financiava na época que eram cinco municípios, e aí são CREAS municipais e municípios de pequeno porte, a capacidade instalada em torno de 50, não é? 50 casos. No caso do serviço de acolhimento para criança e adolescente está zero a meta ali porque essa meta também é no âmbito da regionalização da proteção social só que para alta complexidade, são serviços de

acolhimento que o estado previu lá no plano de regionalização que o estado fez em 2015, mas esse serviço não foi implantado. E aí, desde então, o Governo Federal vem prorrogando os prazos de implantação. Então, todo ano a gente acha que o prazo de implantação vai se encerrar naquele ano, o Governo Federal vai e prorroga no início do outro ano, que foi o que aconteceu no final do ano passado, prorrogaram, de novo, mais uma vez. E dessa vez a gente vai fazer, de fato, uma proposta para apresentar, mas até então ele não foi implantado, 80 ali são 80 famílias, a meta, que é o cofinanciamento federal que é correspondente a 40 mil reais para o atendimento de oitenta famílias, mas ele não foi implantado, por isso que está zero. O outro ali é o que é de fato os CREAS regionais. Adultos e famílias também têm a ver com esse cofinanciamento federal do aceite de 2014 no âmbito da regionalização na alta complexidade que também não foi implantado e foi prorrogado o prazo, 50 atendimentos também a meta, mas ele não foi implantado, então ele não foi executado ainda, mas ele não foi implantado, então ele não foi executado ainda, mas foi prorrogado o prazo mais uma vez. São bem desafiadores esses serviços da regionalização, a gente tem debatido muito e vai debater muito ainda esse ano, tá? Acho que acabou, no caso da especial são esses aqui, não sei se ficou claro. Mas estou à disposição para a gente conseguir conversar. **MARCELO - OAB - Vice presidente:** Olha, para mim, assim, porque eu acredito que outros conselheiros também tenham as mesmas dificuldades porque quando se trata de pactuação, num determinado momento você falou de regionalização, de CREAS regionais e em outros momentos você falou nas metas de pessoas, de famílias. Todas aquelas metas pactuadas elas dizem respeito a famílias, atendimento às famílias, ok.

ROBERTA - SEDESE- Convidada: Pode passar para o próximo, gente? Gente, ali então até as metas físicas, gente, nós apresentamos o consolidado do demonstrativo de serviços, dos serviços, serviços e programas. Agora a gente tem outros dois demonstrativos aqui que são o do IGD Bolsa e do IGD SUAS, tá? Então são dois demonstrativos, está um do ladinho do outro aqui. Esses demonstrativos aqui a gente tem uma, na hora que vocês forem fazer a análise do CEAS vocês vão ver que a gente tem, vai perguntar se foi investido recurso no controle social, nós já colocamos aqui para vocês para vocês conseguirem visualizar o percentual que foi investido no controle social, tá? Para facilitar também a análise de vocês, tá? O saldo em conta, primeiro vou falar do GDPDF, não é? Nós temos duas contas bancárias hoje deste recurso, com uma autorização, tem uma orientação do Governo Federal para a gente usar de forma concomitante essas duas contas bancárias. Então, assim, a soma desse recurso é 2 milhões, deu início em trinta e um de dezembro de 2021, era 2022, 295 mil 658 reais e 70 centavos. Nesse ano de 2022 foi o momento que eles mandaram a gente transferir

o recurso de uma para outra, depois mandaram voltar, desistiram de voltar. Eu acho que isso aconteceu também nos municípios, gente, gente, assim, então foi, tem alguns, a gente teve que fazer essas transferências de recursos na época, mas nós tivemos aí, tanto que esse valor aí desses outros recebimentos era desse trânsito de recursos entre uma conta e outra, tá, gente? Oi? Isso, com o que era no GDTAP e GDPDF, não é? Que aí quando mudou para uma conta, depois voltou para a outra conta e aí a opção agora do governo é essa, num determinado momento a gente fez transferência de recursos e depois, no segundo momento, eu acho que o novo governo já orientou para a gente utilizar a mesma conta bancária e usar concomitantemente, que eu acho que fica mais simples, tá, gente? Assim, porque foi bem tumultuado, não é? Quem é aqui que trabalha em município, essa parte da transição para orientar os municípios, porque, nesse caso, a gente acaba ajudando nessa orientação para os municípios também. Então, gente, a gente tem um total de receitas, olha, era um saldo alto, 2 milhões 395 mil 658 reais e 70 centavos. Nós gastamos, nós tivemos como despesas totais no ano 747 mil 778 reais e 56 centavos e finalizamos um saldo em conta de 2 milhões 200 mil 425 reais 08 centavos. Grande parte desse recurso, gente, já foi utilizado em 2023, a gente teve conferências, gastos com conferências regionais, etc. Enfim, então a gente finalizou com o saldo alto, parte também, aquele mesmo com dificuldade de aprovação de contratação de prestador de serviços que a gente teve lá no PET a gente também teve aqui para, no GBTBF. Então, assim, a gente tinha planejado iniciar algumas prestações de serviços já no meio do ano, mais no início do ano a gente teve um ok só mais no final do ano para essas execuções. A gente também tinha as previsões de gasto do ano seguinte com conferências que foi a deliberação para a gente alocar o recurso e as outras, e os outros gastos cotidianos, não é? Então, a gente tinha, sobrou um saldo bem grande e que aí no de 2023 já vai estar menor. **GRAZIELE - PSIND- Conselheira titular:** Você falou que boa parte desse valor já foi utilizado em 2023, foi programado para usar em 2023. A gente teve algumas questões para a conferência nacional, inclusive a forma de custeio para garantir que os delegados fossem para essa conferência, para a conferência nacional. Eu lembro que o saldo que foi até sinalizado em uma reunião do CNAS, que o saldo estava um milhão e oitocentos, em torno disso, não é? **ROBERTA - SEDESE- Convidada:** E aí eu lembro que a última vez que eu vi esse saldo estava um milhão e oitocentos mesmo. É, outubro, outubro foi quando a gente realizou as conferências, a conferência, então nós executamos muito, a gente teve uma execução bem maior depois dessa data. Sobrou 649 mil e somando as duas contas em dezembro. Pode falar. **MARCELO - OAB - Vice presidente:** O índice de gestão descentralizada, Programa Bolsa Família e tem o índice de gestão descentralizada do SUAS. **ROBERTA -**

1510 **SEDESE- Convidada:** Isso. **MARCELO - OAB - Vice presidente:** Estou vendo que os
1511 dois dizem respeito, podem ser utilizados para o controle social. E a forma de gasto,
1512 eles, ele pode ser utilizado como controle social decidir, é isso? Ou ele não pode ser
1513 utilizado por determinadas situações? **ROBERTA - SEDESE- Convidada:** Marcelo.
1514 **MARCELO - OAB - Vice presidente:** Eu faço essas perguntas é porque nós somos um
1515 conselho novo e é bom que todos nós possamos. **ROBERTA - SEDESE - Convidada:**
1516 As perguntas são importantes tá? **MARCELO - OAB - Vice presidente:** Questão de
1517 saber como que se pode utilizar o recurso. **ROBERTA - SEDESE - Convidada:** As
1518 perguntas são muito pertinentes. Então, isso é muito positivo assim e tem que fazer
1519 mesmo. Esses recursos é o seguinte, existe na legislação uma previsão de utilização
1520 mínima de 3% do recurso. Então assim, não é que podem ser usados. Eles devem ser
1521 usados no mínimo de 3% desse recurso deve ser usado no controle social. Então, isso
1522 aí é um primeiro ponto que eu acho que a gente tem que esclarecer para os novos
1523 conselheiros, porque eu acho que isso é muito importante. Em relação aos gastos,
1524 gente, cada um desses recursos, têm suas finalidades específicas. O índice de gestão
1525 descentralizada do SUAS, ele tem o objetivo de, ele é um pouco mais aberto. Você
1526 consegue gastar com qualquer despesa relacionada a gestão. No caso do IGDPDF, a
1527 gente está falando de gastos que sejam para incentivar o serviço, o programa, assim,
1528 as ações, por exemplo, os cadastros do CAD-ÚNICO, as orientações relacionadas a
1529 programa, o nosso pode complementar isso e quando a gente está falando dos gastos
1530 com controle social, a gente está falando de dar condições para o conselho fazer a sua,
1531 exercer a sua atribuição de controle mesmo, de acompanhar essas ações. As ações de
1532 gestão e também as ações de acompanhamento do próprio programa. Então hoje quais
1533 são os gastos assim? Então nós gastamos assim. Todos, assim, nosso gasto mais
1534 rotineiro é por exemplo, nós estamos pagando, providenciando o pagamento dessas
1535 despesas, diárias exatamente com o saldo do recurso do IGBTAB para, o IGPDPF. Então,
1536 a gente já está utilizando para garantir a manutenção das plenárias e a gente utilizou
1537 também os recursos com as conferências porque a conferência é o lugar em si onde se
1538 exerce o controle social de forma mais ampliada, onde se elege. Então, assim, ele pode,
1539 ele não só pode, como ele deve ser utilizado, esse percentual de pelo menos 3% no
1540 controle social. Aí, o João vai complementar. **JOÃO PAULO - SEDESE - Conselheiro**
1541 **titular:** Só para complementar o que a Roberta está falando. Os recursos dos IGD's,
1542 eles são de aprimoramento da gestão, então não deve ser para execução de serviços,
1543 programas e por aí vai. Para isso tem o co-financiamento. E aí o próprio administrativo
1544 fala, quando se pergunta quais que são as despesas que podem ser executadas no
1545 controle social? Lá fala, manutenção do custeio das despesas do conselho que é o que

1546 a Roberta falou, manutenção, pagamento de diária, se o conselho precisa de um
1547 computador, aquisição de computador e de funcionamento, de fortalecimento do
1548 controle social. Então, o que esse Colegiado entender que é fortalecimento, participação
1549 no (ininteligível), uma capacitação, isso se esse Colegiado entende que é fortalecimento
1550 do controle social, pode. O que não pode é a execução de serviços diretos. Por isso que
1551 assim, quando você coloca, esse conselho determina o que que gasta? Dentro dessa
1552 lógica. Entendeu? **MARCELO - OAB - Vice presidente:** Eu fico muito tranquilo inclusive
1553 com essa fala. Ela responde uma demanda que foi feita hoje, uma deliberação de
1554 fortalecimento. **ROBERTA - SEDESE - Convidada:** Então, assim gente, olha, somando
1555 isso aqui para o IGDPDF, nós tivemos um gasto assim que separou aqui os gastos com
1556 despesa de gestão e do controle social e a gente, fez o cálculo aqui do percentual em
1557 relação a todo o orçamento, todo o recurso e nós gastamos 11,13% com controle social.
1558 Então, foi um percentual bem acima do mínimo exigido. O IGD, já o IGD- SUAS, gente,
1559 nós não estamos recebendo. A última vez que nós recebemos esse recurso foi essa vez
1560 aqui, olha, essa saudosa, esse saudoso repasse de 394 mil reais. **GRAZIELE - PSIND-**
1561 **Conselheira titular:** Agora Roberta, faz o resgate por favor. Eu estou pegando, o Nelson
1562 está me influenciando. Não, só para poder fazer, eu tenho que colocar a culpa em
1563 alguém. Só para fazer uma questão, porque eu estou lembrada Roberta e eu queria que
1564 você, eu não sei se esse, qual, eu acho que é o IGB, é do Bolsa Família. Eu estou
1565 lembrada que o fundo nacional numa reunião que eu participei, o fundo nacional
1566 apresentou que o Estado de Minas Gerais tinha, não recebia o valor total desse fundo
1567 e não recebia o valor total porque ele não conseguia fazer o acompanhamento dos
1568 conselhos municipais de forma adequada. Se eu não, do artigo 30, tem algum motivo.
1569 Vai ter um motivo. Aí, é só motivando, eu só estou, o Nelson vai explicar, mas tem um
1570 motivo que a gente não tem recebido o valor total e a gente tem que, enquanto conselho,
1571 a gente tem que estar atento a essa questão. **NELSON - SEDESE - Presidente:** O
1572 recurso do IGD ele, IGDPDF ele tem uma que é o do Bolsa Família. Ele tem um cálculo
1573 de repasse. Então, Estados e municípios não recebem o valor integral que tem o teto
1574 que é definido anualmente. Então, todo ano é definido um teto e a gente tem um cálculo.
1575 O cálculo, ele considera vários fatores. Então, ele considera acompanhamento de
1576 condicionalidade na educação, na saúde, acompanhamento familiar, é algumas
1577 informações complementares no sistema, então, ele considera várias informações. E aí
1578 o que a Grazi estava mencionando não é com relação às atividades de execução de
1579 acompanhamento dos municípios, por exemplo. O que a gente tem hoje é um corte no
1580 repasse do valor feito para o Estado considerando o saldo. Porque esse também é um
1581 critério de repasse. Então, quando o Estado ou o município tem um saldo maior do que

1582 acho que... é 6 meses, não é Roberta? Receber 100% precisa ser 6 meses, 6 parcelas.
1583 Então, até 6 parcelas para poder receber 100%. Se o Estado ou o município tiver 7
1584 parcelas, aí ele vai receber 80%. Se ele tiver de 7 até 12 e assim sucessivamente. Então,
1585 o Estado tem um corte no valor de repasse considerando o saldo. Mas isso é algo que
1586 nas próximas prestações de contas a gente vai apresentar isso para vocês. É algo que
1587 a gente conseguiu resolver porque a gente conseguiu executar grande parte desse
1588 saldo e com ações que foram apresentadas nesse conselho com contratação de
1589 profissional, enfim. Aí, a gente tem depois, em outro momento, a gente pode apresentar
1590 as justificativas para vocês. Então, o que a Mariana está trazendo aqui é que o saldo do
1591 Estado, ele ficou comprometido considerando a pandemia que tivemos aqui algumas
1592 ações suspensas considerando a pandemia. Acho que o João Paulo quer
1593 complementar. **JOÃO PAULO - SEDESE - Conselheiro titular:** É, mas só para
1594 complementar porque igual o Nelson falou, tem vários fatores que incidem no IGD
1595 assim. Tem a questão da execução financeira que é essas parcelas em conta, saldo em
1596 conta. Tem a questão da taxa, do valor do IGD e isso funciona para o IGD-SUAS
1597 também. Então a nota é de 0 a 1 mais próximo de 1 melhor e mais próximo do teto. Os
1598 valores do Estado normalmente os valores apurados dos municípios, a média é o valor
1599 do Estado, então, não é uma execução direta do Estado e aí também um fator, uma
1600 questão que para complementar que o próprio Governo Federal não está passando
1601 100%. Nem nos serviços, o do IGDC a gente não está nem recebendo. A Mariana falou
1602 aqui que não sabia, para quem não sabia desde 2019 que a gente praticamente não
1603 recebe IGD-SUAS. Em 2022 eles depositaram de uma vez as 12 parcelas que é isso
1604 que a Roberta falou, por isso que deu esse saldo. Só em 2022. 21 não recebemos, 20
1605 não recebemos, 19 se eu não me engano foram 4 parcelas e pronto e 23 também não
1606 recebemos. Então o IGD-SUAS tem um passivo muito grande de repasse do Governo
1607 Federal e tem 2362 se eu não engano que foi a resolução que eles fizeram que o
1608 Governo Federal ele transfere para o município de acordo com a disponibilidade
1609 orçamentária dele. Então hoje a gente percebe que em torno de 80% do que deveria
1610 receber, isso tanto para serviços quanto para os IGD's. Então tem esse fator também
1611 do Governo Federal porque os municípios deve estar sentindo. Então, se tinha que
1612 receber 6 mil no PAC, está recebendo 5 mil, 5 mil e pouco, isso é discricionário por
1613 causa dessa resolução. **GRAZIELE - PSIND- Conselheira titular:** É só uma explicação
1614 mesmo porque eu tenho essa lembrança mas a minha lembrança ela pode estar sendo
1615 confundida com a minha dificuldade for menor e com o tempo também que eu recebi
1616 essa informação. Então, porque a lembrança que eu tenho é essa. Era que em Minas
1617 tinha um número muito grande de municípios que tinha alto, alto saldo em conta. Então

com isso diminuía o recurso do Estado. Tem alguma coisa a ver isso? Ou alguma conta? Porque eu lembro que a gente, que Minas estava recebendo 80% de um valor por conta de algumas questões. Aí eu não sei se é o saldo de conta do Estado ou se é alguma dos municípios. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Só, tem, são duas coisas e as duas coisas são distintas. O município é impactado pelo saldo dele e o Estado é impactado pelo saldo dele. Então, saldo do Estado, ele não impacta recebimento do recurso para o município, nem o do município para o Estado. **ROBERTA - SEDESE- Convidada:** Obrigada. Só complementando também gente, assim, o que impacta a nota do Estado são as questões lá do concluído das condicionalidades, etc. Isso aí é o somatório dos municípios que vai reverberar no Estado. Em relação a este indicador específico do saldo, é o saldo do próprio Estado. Então, a gente fez um planejamento, um trabalho justamente para a gente diminuir isso e conseguir organizar, nós já estamos fazendo uma projeção para que até o mês que vem a gente consiga já pular de, pular de nível mais uma vez. A gente já conseguiu em 2023, imagine aí? A gente passou de 2,200 para 600 e poucos mil. Então, a gente já, já está conseguindo sanar isso. Mas aqui ainda estava com esse impacto do saldo financeiro. Teve anos de muito, e teve anos de muito, e tivemos ano assim e a gente está falando de saldos acumulados também no processo de pandemia, etc. Tá? Mas gente, IGD-SUAS. Gente. Em relação ao IGD-SUAS nós tínhamos o saldo do mês de dezembro de 2021 de 586 mil, recebemos 394 mil, ficamos com 1 milhão e 53, finalizamos com um saldo de 628 mil, 44 reais e 24 centavos. Nós tivemos despesas com aquisições, serviços, também a fase então a gente tem e a gente também teve uma despesa do controle social equivalente a 4,95%. Este ano de 2022 nós tivemos esse repasse, não está sendo um repasse contínuo. Então ele, isso dificulta o planejamento, a gente contar com o recurso para outras finalidades. Ele também é um recurso aberto, então a gente, ele é um recurso importante pra gente, para a gestão porque ele, ele custeia coisas que outros recursos também não custeiam. Então, a gente tem essa, a gente finalizou com esse saldo de 628 mil aqui. Em 2023, gente, nós só continuamos executando, tá gente? Vocês vão ver depois porque a gente não teve repasse de 2022. Espero que alguém tenha esperanças de retomar esse repasse em 2024. Vamos lá, gente, então (ininteligível) as informações. **LETICIA - CMAS de Coronel Fabriciano - Conselheira titular:** Só para falar, ontem eu esqueci de falar, desde janeiro eu ocupo a diretoria do colegiado nacional de gestores também. O COGEMAS, não é? E uma das primeiras pautas com o Governo Federal foi o pagamento do integralidade atrasado e o desse ano. E a resposta do Governo Federal para o próprio Colegiado é que aguarda o Tesouro Nacional que é a chegada de recursos. Mas tem sido prometido também que durante esse ano de 2023, a gente vai

ter uma recomposição, 2024. Nós vamos ter a recomposição orçamentária dos 100% até que se consiga a aprovação da PEC 383. **ROBERTA - SEDESE- Convidada:** Letícia, mas aí, só uma dúvida assim. Os 100% é em relação ao IGD ou em relação aos serviços? **LETICIA - CMAS de Coronel Fabriciano - Conselheira titular:** 100% em relação ao orçamento antigo, antes do de 2019, que foi o que teve corte de 20%. **ROBERTA - SEDESE- Convidada:** Gente, em relação a apresentação dos dados de preenchimento do sistema são essas informações. Aí eu vou passar a palavra para secretária executiva que vai trazer para vocês os campos que devem ser preenchidos pelo conselho. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Pessoal, a Carol está aqui presente, então eu vou, que existe o parecer do conselho. Se o conselho aprova o demonstrativo e aí tem algumas questões que são apresentadas e aí foi encaminhado para vocês inclusive o que o conselho respondeu em 2021 quando o vínculo para validar se não tem, se esses pontos eles tem alguma alteração. A Grazi quer a fala. **GRAZIELE - PSIND - Conselheira titular:** Só um pedido de explicação também para a secretaria executiva. Esse, esse documento ele deveria ter submetido às comissões, não é isso? **ROBERTA - SEDESE - Convidada:** O ideal, nos melhores do mundo, ter sido submetido às comissões não é isso? Pois é. É só fazer essa ressalva. Eu entendo. A Mariana começou a fala dela explicando que isso chegou depois de todas as dificuldades, mas a gente está num papel político e a gente precisa sempre fazer esse apontamento que os documentos, as informações, elas precisam chegar no conselho com antecedência. Talvez a gente encaminhar. Se eu não tiver nenhum também, a gente já encaminhou um pedido de informação, uma solicitação para o próprio N-10 para, pedindo que as informações chegasse com tempo. Se eu não me engano isso já passou, essa discussão já foi feita aqui nesse conselho. Mas só pra fazer esse apontamento que nesse lugar político, a gente precisa ter condições de receber os documentos com antecedência, as informações com antecedência para que a gente possa avaliar, que a gente apreciar. Eu entendo a dificuldade que foi apresentada inclusive pela Mariana no início e nos nossos municípios acontece a mesma coisa. O Marcelo estava falando do Município de Congonhas que também estava respondendo isso semana passada. É só para fazer essa ressalva que o nosso papel político apontar que isso não foi apresentado aos conselheiros com uma antecedência, não estou falando que chegou no e-mail mas com uma antecedência de condições pra gente sentar em comissão, analisar e poder, e poder já trazer o encaminhamento para a plenária. **GRAZIELE - PSIND- Conselheira titular:** É, não, sim. tinha comissão, não tinha nenhum documento pronto, não tinha liberado no serviço, mas eu estou falando de um conjuntura que impede o controle social que a gente fosse ficar atento e a gente precisa apontar no Governo Federal, aqui, fazer

as cobranças nos espaços que a gente precisa cobrar para essa conjuntura favorecer o controle social e a garantia que a gente também esteja atenta a esses recursos de forma efetiva. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Vai falar João Paulo. **JOÃO PAULO - SEDESE - Conselheiro titular:** Aí só, só comentando a fala da Grazi é que isso é excepcional. Normalmente o trâmite normal, pelo menos que eu acompanhava lá da platéia, passa pelas comissões. As prestações de contas trimestrais e lembrando que aqui está sendo o resumo do que já foi prestado conta. Então a gente fez um resumo, um compilado do que já foi aprovado. Claro que não estou falando que tem que ser aprovado por isso. esse colegiado ele eu autônomo para deliberar. Se tiver alguma dúvida tem que esclarecer. Enfim, só estou ponderando que o trâmite normal é esse. É uma questão excepcional porque foi fim de mandato e não tinha comissão. Então o que que a gente fez? A gente implantou o órgão gestor. Encaminhou para secretaria executiva para que ela encaminhasse para os conselheiros para uma primeira análise individual e chegar aqui na plenária, se tiver alguma dúvida, algum esclarecimento, a gente ir fazendo e ver se há condições de votar e aprovar. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Carol da secretaria executiva ela vai apresentar. **ANA CAROLINA - Secretária executiva:** Parecer do Conselho Estadual de Assistência Social. A opção parecer do Conselho de Assistência Social só será visualizada após finalização do demonstrativo pela gestão. Cabe ao conselho a tarefa de encaminhar o seu parecer ao ministério sendo favorável ou desfavorável a aprovação da prestação de contas da assistência social. Referente ao financiamento federal. No início do formulário são apresentadas questões que devem ser respondidas e auxiliam o conselho nos pontos a serem avaliados ao apreciar as contas do gestor. Blocos de serviços e programas. Os recursos federais destinados à execução dos serviços, programas foram utilizados nas finalidades estabelecidas pela união, temos opção, sim, todos os recursos, não, parte dos recursos, nenhum recurso foi executado na finalidade, nenhum recurso foi utilizado. A resposta do demonstrativo de 2021 foi sim, todos os recursos. Comentário: Os recursos executados foram utilizados na finalidade estabelecida. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Aí assim, a proposta que a gente vá manter, a minha proposta é que a gente mantenha a resposta em 2021 pelo demonstrativo de 2022, considerando a apresentação e considerando que já houve a aprovação dessas prestações de contas aqui pelo CEAS. Alguém? João Paulo. **JOÃO PAULO - SEDESE - Conselheiro titular:** Só para ajudar a esclarecer, a pergunta está perguntando o seguinte, o recurso que foi para a proteção especial foi utilizado com essa finalidade? Dentro do serviço da proteção especial? O IGD foi dentro? Então a pergunta está perguntando isso. E aí a gente tem aquelas opções para escolher. Se foram utilizados dentro da finalidade e tal

ou não. E aí a sugestão que a gente trouxe de 2021 como base pra gente ter uma ideia de qual que foi a resposta, o entendimento na época para não quer dizer que a gente tem que responder a mesma coisa não tá gente? Mas é só para esclarecer. **ANA CAROLINA - Secretária executiva:** O documento apresentado, ele está todo editado.

NELSON - SEDESE - Presidente: Bom, então, todos estão de acordo que seja respondido como sim e de que o recurso foi utilizado? **ANA CAROLINA - Secretária executiva:** Vocês podem querer todas as perguntas? **NELSON - SEDESE - Presidente:** Pode ser. **ANA CAROLINA - Secretária executiva:** 2, o conselho de assistência social tem seu livre acesso às documentações comprobatórias de gastos, demonstrativo 2021, resposta sim, comentário: A informações estão relatórios trimestrais e a documentação é de livre acesso ao CEAS, disponibilizada pela AGPres quando solicitado. III, O conselho teve algum tipo de dificuldade em analisar as interações prestadas pelo gestor que possam ter impactado na sua avaliação do demonstrativo sintético? Resposta demonstrativo 2021, não houve limitações. Comentário. A secretaria executiva fornece o apoio, gente, análise técnica além da análise da comissão de orçamento para embasar a plenária. **GRAZIELE - PSIND- Conselheira titular:** Eu acho que essa aí a gente tem que colocar outro tipo de comentário porque isso não aconteceu não é? Então a gente. Ahn? Não, nas comissões não e nem teve suporte agora mas não passou pelas comissões. Então talvez tirar a secretaria executiva fornece o apoio mediante. A gente tem que colocar outro texto. É não, nós estamos respondendo, respondendo agora. Eu estou falando que nós estamos respondendo sobre isso aqui não é? Relatório de gestão. Não é? Ou está falando das contas aprovadas? O conselho teve algum tipo de dificuldade em analisar as informações prestadas pelo gestor que possam ter impactado na sua avaliação do demonstrativo sintético? É, esse demonstrativo. **SUZANE - SEDESE - Convidada:** Tem alguém inscrito na frente? Eu queria aproveitar o gancho na fala que a Grazi fez antes que eu acho que ela está corretíssima, a gente está pensando o seguinte, o Governo Federal esse demonstrativo é de 2022, a gente está em 2024, ou seja, eles demoraram 1 ano para abrir o demonstrativo, resolveram abrir ele no final do ano, sabendo que ano passado era ano de conferência, logo, eleição de conselheiros e que janeiro nem a reunião do CNAS vai acontecer porque não tem como. Assim, o Governo Federal demorou 1 ano, podia esperar 3 meses para abrir de forma que os conselhos se reunissem com antecedência, as comissão analisassem. A minha questão é, a gente tem que marcar de um jeito que o comentário fique claro que foi um problema de prazo não é? Então aí eu sugiro a gente colocar, não houve, não estou enxergando o que que está escrito? **ANA CAROLINA - Secretária executiva:** Na 3?

SUZANE - SEDESE - Convidada: É. Não houve limitações mas aí no comentário deixar

claro o seguinte, que interessante que o ministério repense os prazos considerando a realidade de reuniões do conselho. Não só de reuniões, como de eleição também. É só para também não ficar, é isso. Que o problema foi o time do prazo aí. E Carol, não houve limitações, você quer que tenta digitar? Acho que o comentário sugere-se ao Governo Federal que considere, que considere nos prazos demonstrativos, anos em que há eleição de conselhos. **ANA CAROLINA - Secretária executiva:** Repete por favor. **SUZANE - SEDESE - Convidada:** É que eu não estou enxergando o que você está escrevendo. Está sugere-se ao Governo Federal que observe, que observe, tenho que pensar, os anos em que há eleição de novos conselhos não é? Observe os anos em que há eleição de composição de conselhos antes de pactuar os prazos. Aí pode colocar, uma vez que 2023 foi ano de conferência. É, o ano de 2023 que foi ano de conferência e eleição de novos conselheiros, eleição de novos conselheiros estaduais, acho que vai isso, portanto o prazo, eu acho que já está claro. Acho que é isso não é Grazi? A ideia da sua fala não é? **ANA CAROLINA - Secretária executiva:** Ok. 4. Os relatórios de execução orçamentária e financeira foram apresentados ao conselho de forma compreensível e na periodicidade estabelecida na lei (ininteligível) que isso foi no regulamento do fundo que instituiu o regulamento do fundo? Comentário demonstrativo 2021. Sim. Os relatórios foram apresentados. Comentário. As implementações estão dispostas nos relatórios trimestrais e a documentação é de livre ao CEAS, disponibilizada pela AGPres quando solicitado. Ressalta-se que a matéria orçamentária de difícil compreensão para conselheiros não especialistas na área. Realizar capacitação aos conselheiros e aprimorar o instrumento de prestação de contas. **GRAZIELE - PSIND- Conselheira titular:** Não, porque eu tinha essa memória gente que a gente já tinha reclamado desse documento uma vez, aí está levantando. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Grazi, é porque esse documento ele é um padrão do ministério. O que, a prestação de contas que aí é que a gente encaminha mas esse documento a gente não consegue alterar ele. O demonstrativo ele é padrão do ministério. **MARCELO - OAB - Vice presidente:** A resposta a essa, o comentário a essa, a esse com essa questão 4 não seria a mesma lá da questão 3? Porque nós também não, não tivemos condições considerando a alteração da gestão não é? Talvez a resposta deva ser a mesma que foi feita na anterior. **ANA CAROLINA - Secretária executiva:** Pode continuar? 5. Ente co-financiou. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Cópia a 3. **MARCELO - OAB - Vice presidente:** E com o acréscimo da capacitação. **ROBERTA - SEDESE - Convidada:** Só mais uma coisa gente, onde tiver AGFEAS eu peço para trocar por SGFEAS que na reforma administrativa deixou de ser assessoria de direção do fundo para ser superintendência de gestão do fundo. **ANA CAROLINA - Secretária**

executiva: Podemos? 5. O ente co-financiou os serviços/programas? Demonstrativo 2021. Resposta. Sim. Por meio do fundo de assistência social. Comentário: se depender de recursos de fonte estadual alocado no FEAS e na SEDESE. Mantém? 6. As equipes de referência dos serviços e programas estão contando de acordo com o disposto na NOBSUAS-RH e demais normas? Resposta do demonstrativo de 2021. Sim. No caso do serviço executado diretamente para as regionais, a equipe é composta conforme o NOB-RH. Destaques que os CREAS regionais estão passando por mudanças de avaliação e reordenamento quanto ao número de municípios abrangidos de modo a qualificar o atendimento realizado por essas equipes. **GRAZIELE - PSIND - Conselheira titular:** Eu também corrigiria essa informação mesmo porque a gente teve uma visita técnica, um visita técnica desse CEAS que a gente identificou que não estava o RH adequado. Se eu não, e aí eu corrigiria essa resposta e colocaria que isso da mesma forma das respostas anteriores. **ISABELE - SEDESE - Convidada:** Mais perto? Deu? Então, em 2022 as equipes de referência dos CREAS estavam todas completas. A gente fez essa reestruturação, a gente começou em 2019 esse trabalho de avaliação, de análise, a gente viu onde estava fazendo. Brigou muito pelos recursos, para conseguir aprovar o orçamento para fazer essa contratação e 2022, a gente começou já o ano com todas as equipes completas de acordo com a NOB-RH. Inclusive a gente quando foi defender, inclusive quando a gente foi defender o reordenamento dos CREAS, a gente falou sobre isso, sobre essa luta que a gente teve para deixar o CREAS da melhor forma possível. Então a gente ainda brigou pelo reordenamento dizendo: “olha, a gente está com a estrutura completa hoje e mesmo assim não é o suficiente para atender a demanda.” Isso foi um dos argumentos que a gente usou. Então só queria dizer que estava completa, a gente tem, posso passar a lista para vocês das pessoas que estavam lá, mas tinha lá dois psicólogos, duas assistentes sociais, um advogado. Tem nosso técnico de informática, administrativo, a equipe completíssima. **NELSON - SEDESE - Presidente:** Então a gente mantém a resposta conforme ela está ali, é isso? **GRAZIELE - PSIND - Conselheira titular:** Não. a gente muda para as respostas que a gente estava colocando em relação a dificuldade do prazo porque a gente não tem, esse conselho não tem como avaliar dessa forma, dar essa resposta agora porque não passou na nossa avaliação. A discussão que a gente estava tendo aqui é outra, inclusive a gente identifica que o problema é a NOB-RH, a desatualização da NOB-RH. Então, mas eu entendo que a resposta é sim mas o comentário é outro. **ANA CAROLINA - Secretária executiva:** Ok? 7. Os serviços cofinanciados pela União foram ofertados à população de forma regular sem descontinuidade, ou seja, durante todo os meses do ano sem interrupção? Resposta demonstrativo 2021. Todos foram acostados sem

descontinuidade. Comentário. Os serviços do (ininteligível), da DSE, CREAS regionais e parcerias, atendimento institucional cofinanciados foram aportados de forma continuada com aporte do tesouro estadual. Criadas no exercício como comprovadas ou seja, existe documentação disponível que comprove todos os pagamentos efetuados? Resposta demonstrativo 2021. Sim. As informações estão dispostas no relatório trimestral e a documentação é de livre acesso ao CEAS disponibilizado pela AGPres quando solicitado. **GRAZIELE - PSIND - Conselheira titular:** É, eu acredito que pode manter essa mesma informação, só mudar a questão da sigla porque a gente tem como, a secretaria pode até, no final das contas, reafirmar que isso foi feito. Então eu acho que o comentário está adequado aí. Só mudar a questão da sigla aí. Só por esse comentário aí Carol e mudar a sigla. **ANA CAROLINA - Secretária executiva:** Se ele apreciou e aprovou a proposta orçamentária do fundo de assistência social? Resposta demonstrativo 2021. Sim. Resolução CEAS número 741/2021 dispõe sobre aprovação da proposta orçamentária e das ações do plano plurianual de ação governamental – PPAG 2022 da unidade orçamentária do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS da SEDESE e execução número 703/2020 dispõe sobre aprovação da proposta orçamentária e das ações do plano plurianual de ação governamental – PPAG 2021 da unidade orçamentária do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS da SEDESE. **JOÃO PAULO - SEDESE - Conselheiro titular:** Aí é só mudar o número das resoluções porque foram todas aprovadas pelo CEAS. **ANA CAROLINA - Secretária executiva:** Os recursos repassados por meio da Portaria MC número 369 de 29 de abril de 2000 e suas alterações foram efetuadas em conformidade com a finalidade especificada? Resposta demonstrativo 2021. Sim. Comentário. NA. Mantém? Os recursos repassados por meio da Portaria MC número 378 de 07 de maio de 2020 e suas alterações foram executadas em conformidade com a finalidade especificada? Resposta determinação 2021. Sim. Destaca-se que houve demora na disponibilização do demonstrativo de 2021 pelo Governo Federal. Além disso a matéria orçamentária é de difícil compreensão e deve ser tratada com linguagem mais acessível. **GRAZIELE - PSIND - Conselheira titular:** Aqui é a mesma resposta da 3. **ANA CAROLINA - Secretária executiva:** 12. A execução dos recursos cofinanciados pela União foi realizada conforme as normas que regulamentam a utilização dos recursos destinados aos serviços e programas? Resposta do demonstrativo 2021. Sim. Comentário. Foram executados conforme as formas e regulamentos para a devida utilização do recurso. 13. O conselho acompanhou a execução do orçamento da assistência social? Demonstrativo 2021. Com frequência. Comentário. Acompanhou trimestralmente por meio das prestações de contas. relatório trimestral de execução

físico-financeira do FEAS. Tipo de deliberação. Favorável, desfavorável. Ressalvas. Resposta demonstrativo 2021. Favorável. **GRAZIELE - PSIND- Conselheira titular:** A ressalva seria só aquele comentário da 3 que a gente só está repetindo não é? Do instrumento. E acho que também a gente pode criticar o instrumento de novo. Falar que o instrumento ele, ele não favorece a compreensão do conselho não é? **ANA CAROLINA - Secretária executiva:** Bloco IGD-PAB. 1. Foram observados na execução das atividades com os recursos do IGD-PAB todos os princípios exigidos pela legislação aplicada a administração pública? Resposta demonstrativo 2021. Sim. 2. Segundo a avaliação do conselho, a gestão local desenvolve ações adequadas para a identificação, cadastramento de novas famílias, atualização e revisão dos dados contidos no CAD-ÚNICO? Resposta, demonstrativo 2021. Sim. Comentário. A gestão estadual atesta as ações executadas pelo municípios. 3. Segundo a avaliação do conselho, o ente realiza uma adequada gestão das condicionalidades do PAB realizadas de forma intersetorial? Resposta 2021. Sim. Comentário. A gestão estadual apoia essas ações executadas pelos municípios. 4. Todas as atividades executadas foram feitas nos termos da portaria que regulamentou o IGD-PAB? Resposta 2021. Sim. 5. Os recursos alocados na gestão do PAB foram utilizados nas finalidades para as quais disponibilizados? Foram disponibilizados. Demonstrativo 2021. Sim. Parecer. Tipo de deliberação. Demonstrativo 2021. Resposta. Parecer. Tipo de deliberação. Aprovação total. Tem o número do valor e tal. **JOÃO PAULO - SEDESE - Conselheiro titular:** O valor aí é o que está na execução financeira lá atrás. É. Ele veio, ele puxa do valor que está lá. Então o que o conselho tinha que fazer é se ele aprova o total, todas as despesas foram ok ou se teve algum que foi reprovado que ela vem destacada lá atrás no financeiro. **ANA CAROLINA - Secretária executiva:** Mais essa parte está ok? IGD-SUAS. Foram observados na execução das atividades com o IGD-SUAS todos os princípios exigidos pela legislação aplicada à administração pública? Resposta 2021. Sim. Os recursos do IGD-SUAS foram executados respeitando sua finalidade? Resposta 2021. Sim. Todo o recurso. Tipo de deliberação. Resposta 2021. Ressalta-se que o atraso do repasse e a insuficiência dos valores dificultam a aplicação do recurso pelo Estado. Tem o valor da aprovação total. Finalizou. **JOÃO PAULO - SEDESE - Conselheiro titular:** Eu acho que a gente deveria registrado essa questão da irregularidade do repasse. Esse IGD-SUAS eu até notei que tem muito tempo que não passa, então deixar registrado aqui que dá um pouco, mas talvez a gente colocar algo mais incisivo sabe? Que o não repasse porque aqui não é irregularidade, é não repasse mesmo. **ROBERTA - SEDESE - Convidada:** A gente está falando de 2022 aqui gente, então a gente tem que lembrar. Em 2022 foram passados as parcelas mas foi tudo de uma vez. Foi de uma bolada só. **GRAZIELE -**

1906 **PSIND- Conselheira titular:** Não, agora você está falando de 2022 não é? **ROBERTA**
1907 **- SEDESE - Convidada:** É porque está usando como que estava em 2021.É. Aí está
1908 ok. 2022 veio sim mas depois disso a gente está sem, a gente não tem uma, uma
1909 regularidade nesses repasses que dificulta o planejamento. Eu acho que tem falar da
1910 importância desses repasses continuados de forma irregulares, mas assim, eu acho que
1911 nesse ano a gente não pode falar do não repasse não porque teve. **ANA CAROLINA -**
1912 **Secretária executiva:** Resposta demonstrativo 2021. Ressalta-se que o atraso do
1913 repasse e a insuficiência dos valores dificultam a aplicação do recurso pelo Estado.
1914 **MARCELO - OAB - Vice presidente:** Eu acho que deveria acrescentar é “cabendo a
1915 regularidade da continuidade do repasse dos recursos.” A importância da continuidade.
1916 **NELSON - SEDESE - Presidente:** Então a gente, podemos ir para a votação? Então
1917 pela aprovação. Pela reprovação. Abstenções. Então aprovado por unanimidade. A
1918 gente teria uma próxima pauta ainda que seria o PEAS mas são, faltam 10 minutos para
1919 as 5. O PEAS ele seria iniciado aqui a apresentação, então a proposta é que a gente
1920 faça a apresentação na próxima plenária? **MARIANA - SEDESE - Convidada:** Então,
1921 considerando a hora, minha proposta, eu tenho a minha apresentação de powerpoint eu
1922 posso encaminhar no whatsapp, no e-mail e aí eu passo ela na próxima reunião e aí é
1923 quando vocês forem ler o documento que a secretaria encaminhou que é um documento
1924 de 200 páginas aproximadamente, vocês lembrem de olhar o meu powerpoint que é
1925 simples e ele está tentando direcionar e aí na próxima eu explico mas lembrando que
1926 isso tem que entrar nas comissões já, tá? **NELSON - SEDESE - Presidente:** Bom,
1927 então, a nossa primeira plenária encerrada, parabéns pra gente não é?